CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2019

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 4

1. INTRODUÇÃO 5

2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO 5

3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO 5

4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO 6

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO 6

6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA 7

6.1 – BALANÇO CONSOLIDADO 8
6.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 9
6.3 – FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS 9
6.4 – ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO CONSOLIDADO 9
6.5 – DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA 9

7. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO .. 9

8. ATIVIDADES DO CONJUNTO EM MATÉRIAS QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS À ATIVIDADE AUTÁRQUICA 10

9. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO 10

10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 10

11. DISPOSIÇÃO FINAL 10

BALANÇO CONSOLIDADO 2019 12

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2019 16

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS 18

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2019 20

1. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS 21

2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA 23

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO 23

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS 25

5. INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS 25

6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS 26

7. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 26

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS 27

9. INFORMAÇÕES DIVERSAS 32

10. MAPA RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA ***33***

RELATÓRIO DE CONTAS 2019 RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A. ***34***

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS ***130***

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESENTE NA REUNIÃO ORDINÁRIA
22 JUN. 2020
DELIBERAÇÃO: Deliberado aprovar e submeter à apreciação da Ass. Municipal.

PRESENTE NA SESSÃO ORDINÁRIA
29 JUN. 2020
DELIBERAÇÃO: Deliberado aprovar

1. INTRODUÇÃO

O Município do Vimioso apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2019.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas adaptações, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) o qual estabelece que *"Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas."*

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.

Constata-se, por outro lado, que o POCAL, ao não fazer referência à exigibilidade da consolidação de contas relacionando toda a atividade do município, gerida indireta ou diretamente pelo executivo, limita a análise global da aplicação dos recursos autárquicos, bem como constrange o controlo da respetiva economia, eficiência e eficácia da ação de desenvolvimento das políticas públicas. Face igualmente à necessidade legal, de consolidar contas, publicada a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de "Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo".

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal (regime transitório) que até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a toda as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos naquela portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPOCAL em maio de 2011, um conjunto de instruções que visavam permitir a articulação dos vários regimes.

2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO

A Consolidação de Contas tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação é definido pelo artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas adaptações.

De acordo com o artigo anteriormente referido *"o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades"*. O n.º 6 do mesmo artigo determina que *" devem ainda ser consolidadas, na*

proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal".

No caso do Município de Vimioso, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicado o disposto no n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Deste modo, só as entidades designadas de "empresas locais", em consonância com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua versão atual, integram o perímetro de consolidação.

Ponderados todos os fatores conclui-se que, para o ano de 2019, o grupo autárquico do Município de Vimioso é composto pelo Município de Vimioso, enquanto entidade contabilística consolidante, e pela entidade Resíduos do Nordeste EIM, S.A., entidade consolidada.

A participação no capital da Resíduos do Nordeste, EIM, SA, reporta-se ao ano de 2019, sendo o capital da empresa representado por 50.000 ações, cujo valor nominal de cada ação é de 1 euro. O Município de Vimioso detém 1.527 ações, representado 3,05% do capital social, correspondendo a 1.527,00 €.

Entidade Participada	Valor da Participação	% Participação	Tipo de Entidade
Resíduos do Nordeste EIM, S.A.	1.527,00 €	3,05%	Empresa Local

4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O ponto 4 da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, define quais são os métodos de consolidação disponíveis para o sector público administrativo.

Para efeitos de consolidação de contas 2019 com a Resíduos do Nordeste EIM, S.A., entidade controlada conjuntamente com outras entidades, o método a utilizar será o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), considerando que a Portaria não refere a possibilidade de consolidação proporcional. O Método de Equivalência Patrimonial consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no Aviso 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

O Município de Vimioso tem contabilizado na sua conta patrimonial 41 – Investimentos Financeiros, uma participação de 1.527,00 € na Resíduos do Nordeste EIM, S.A..

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

Relativamente ao Balanço do Município, o balanço consolidado apresenta os seguintes ajustamentos:

A participação inicial na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., encontra-se registada ao seu valor nominal, 1.527,00€, a que corresponde a uma participação de 3,05% no seu capital social, que é de 50.000,00 €.

Capital Social da Resíduos do Nordeste EIM, S.A.	% Participação	Valor da Participação	Conta POCAL	Ano do registo
50.000,00 €	3,05%	1.527,00 €	411	2019

O Município apresentou as suas Demonstrações Financeiras individuais em POCAL e a "Resíduos do Nordeste, EIM,S.A." em SNC-AP, pelo que foi necessário proceder aos seguintes ajustamentos:

Conta	SNC AP	POCAL	Ajustamento	Saldo Final
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	9.616.764,25 €	0,00€	-9.616.764,25 €	0,00 €
Proveitos Diferidos	0,00 €	9.616.764,25 €	9.616.764,25 €	9.616.764,25 €

Este ajustamento resulta de em POCAL, os Subsídios ao Investimento serem registados como Proveitos Diferidos ao invés do SNC-AP que ocorrem no Capital Próprio. Após este ajustamento, o Capital Próprio da "Resíduos do Nordeste, EIM, S.A." totalizará 4.746.510,66 € e o Passivo 16.815.643,77 €. O Ativo não sofre alterações de valor.

Sendo 2019 o primeiro ano de consolidação, utilizando-se para efeitos de consolidação o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), foi necessário proceder-se aos ajustamentos, em face ao valor dos Capitais Próprios da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., do ano anterior, 2018. Efetuaram-se os seguintes registos:

Capitais Próprios - Ano 2018	% Participação	MEP	Ajustamento	Conta Débito	Conta Crédito
4.378.070,88 €	3,05%	133.706,28 €	132.179,28 €	411	55

Depois, já para o ano de 2019, procedeu-se aos ajustamentos em face à eliminação das relações recíprocas e ao apuramento do resultado líquido, conforme quadros infra:

Fornecimentos e serviços externos	% Participação	MEP	Conta Débito	Conta a Crédito
324.746,77 €	3,05%	9.917,77 €	78	62

Resultado Líquido - Ano 2019	% Participação	MEP	Conta Débito	Conta a Crédito
368.439,78 €	3,05%	11.252,15 €	411	78

Os movimentos originaram um ajustamento no valor da participação social de 143.431,43€.

Relativamente à Demonstração de Resultados do Município para a Demonstração de Resultados Consolidada, ocorreu uma variação positiva de 11.252,15€, influenciada pela alteração dos Resultados Operacionais e dos Resultados Financeiros em função dos ajustamentos referentes à eliminação das relações recíprocas e ao apuramento do Resultado Líquido.

Relativamente aos Mapas de Fluxos de Caixa Consolidados, Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado, os mesmos não sofreram alterações em relação aos mesmos mapas do Município, atendendo à utilização para a Consolidação de Contas do Método de Equivalência Patrimonial.

6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

A análise apresentada relativamente à situação económica e financeira consolidada, foi elaborada recorrendo aos dados de 2019 das entidades que constituem o perímetro de consolidação, pois o reconhecimento da participação do Município de Vimioso na entidade Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. aconteceu no ano de 2019.

6.1 – Balanço Consolidado

A evolução patrimonial pode analisar-se através do Balanço, sendo este um documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de determinada empresa. O conjunto de bens e direitos constituem o Ativo, enquanto que as obrigações constituem o Passivo.

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Ativo = Fundos Próprios + Passivo.

Numa ótica financeira, o Ativo corresponde às aplicações de fundos ou investimentos, onde os bens e direitos do município são financiados quer pelos Fundos Próprios, quer pelo Passivo (Capital Alheio).

Os quadros seguintes apresentam a síntese da estrutura do Balanço Consolidado no ano 2019:

ATIVO	2019
Imobilizado	
Bens de Domínio Público	8.585.705,97 €
Imobilizações Incorpóreas	393.855,57 €
Imobilizações Corpóreas	22.467.838,11 €
Investimentos Financeiros	442.670,93 €
	31.890.070,58 €
Circulante	
Existências	183.341,36 €
Dívidas de Terceiros a M/L Prazo	
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	126.996,45 €
Títulos Negociáveis	
Depósitos Instituições Financeiras	3.243.240,13 €
Caixa	503,62 €
Acréscimos e Deferimentos	182.265,46 €
	3.736.347,02 €
TOTAL DE ATIVO	35.626.417,60 €

PASSIVO	2019
Fundos Próprios	
Património	7.890.561,56 €
Ajustamentos de Partes de Capital	132.179,28 €
Reservas e Doações	1.295.293,14 €
Resultados Transitados	9.375.288,26 €
Resultado Liquido do Exercício	107.260,63 €
	18.800.582,87 €
Passivo	
Provisões para Riscos e Encargos	18.417,51 €
Dívidas a Terceiros a M/L Prazo	2.331.902,20 €
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	628.321,20 €
Acréscimos e Diferimentos	13.847.193,82 €
	16.825.834,73 €
TOTAL DE PASSIVO	35.626.417,60 €

Da análise dos quadros anteriores, verifica-se que o Ativo Líquido total apresentado no balanço consolidado é de 35.626.417,60€, constituído maioritariamente por Ativos Imobilizados. De referir que relativamente ao Ativo Consolidado

está evidenciado o ajustamento efetuado na rúbrica Investimentos Financeiros (411 - partes de capital) com base na percentagem de participação do Município de Vimioso no Capital Próprio da entidade Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

O Passivo apresentado no Balanço Consolidado, no montante de 16.825.834,73€, não sofreu qualquer alteração quando comparado com o Balanço Individual do Município de Vimioso.

6.2 – Demonstração de Resultados Consolidada

A demonstração de resultados consolidada é um mapa que pretende complementar o Balanço Consolidado, indicando a natureza dos diversos Custos e Perdas e Proveitos e Ganhos. De seguida apresenta-se a síntese da Demonstração de Resultados Consolidada do ano de 2019:

Proveitos e Ganhos / Custos e Perdas	2019
Proveitos e Ganhos Operacionais	8.599.634,31 €
Custos e Perdas Operacionais	9.567.482,40 €
Resultados Operacionais	- 967.848,09 €
Proveitos e Ganhos Financeiros	249.185,69 €
Custos e Perdas Financeiros	28.619,55 €
Resultados Financeiros	220.566,14 €
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.009.219,16 €
Custos e Perdas Extraordinários	154.676,58 €
Resultados Extraordinários	854.542,58 €
Resultado Líquido do Exercício	107.260,63 €

O Resultado Líquido de Exercício Consolidado apresenta um valor de 107.260,63€, superior ao registado na Demonstração de Resultados Individual do Município de Vimioso (com um RLE de 96.008,48€), variação influenciada pela alteração dos Resultados Operacionais e dos Resultados Financeiros em função dos ajustamentos já referido no ponto 5 referente aos procedimentos de consolidação.

6.3 – Fluxos de Caixa Consolidados

Não se verifica qualquer alteração dos Fluxos de Caixa Consolidados em virtude da presente consolidação.

6.4 – Endividamento de Médio e Longo Prazo Consolidado

Não se verifica qualquer alteração no mapa de Endividamento de Médio e Longo Prazo em virtude da presente consolidação.

6.5 – Dívida Bruta Consolidada

Não se verifica qualquer alteração da Dívida Bruta em virtude da presente consolidação.

7. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO CONJUNTO DAS ENTIDADES COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável. O ano de 2019 é o primeiro ano de consolidação de contas com a Resíduos do Nordeste, S.A., pelo que fica prejudicada qualquer análise da evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação.

8. ATIVIDADES DO CONJUNTO EM MATÉRIAS QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS À ATIVIDADE AUTÁRQUICA

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com o NIPC 505542331, participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior que integra os municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., importa referir que se trata de uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Douro Superior. A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

9. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Não se perspetiva uma alteração significativa no que respeita à evolução do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação, com a exceção da assunção por parte do município das competências previstas na lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

No âmbito da prossecução da sua missão, o Município de Vimioso irá levar a cabo estratégias cujo objetivo será a criação das condições necessárias ao desenvolvimento sustentável do território.

Relativamente à empresa Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., esta irá continuar a desenvolver a sua atividade de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que a integram, assim como atividades no âmbito das energias renováveis, de modo a proporcionar um adequado tratamento e valorização dos resíduos, para que todos possamos continuar a desfrutar de um planeta saudável.

10. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício que distorçam a imagem verdadeira e apropriada que consta nas demonstrações financeiras.

11. DISPOSIÇÃO FINAL

De acordo com o artigo 76.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, venho submeter à aprovação pela Digníssima Câmara Municipal, para serem apreciados pelo Órgão Deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho de 2020, o Relatório de Gestão Consolidado referente ao ano de 2019, e as seguintes demonstrações financeiras previstas no n.º6 do artigo 75.º do mesmo diploma legal:

- Balanço Consolidado,
- Demonstração consolidada de resultados por natureza,
- Anexo ao Balanço consolidado e à demonstração de resultados consolidada, que inclui, o mapa dos saldos e fluxos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação, o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa resumo dos fluxos de caixa.

Vimioso, 8 de junho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal (Entidade consolidante)

António Jorge Fidalgo Martins

BALANÇO CONSOLIDADO 2019

Balanço Consolidado – Ativo

MUNICÍPIO DE VIMIOSO **Ano: 2019**

Código das contas POCAL	Ativo	2019		
		AB	AP	AL
	Imobilizado			
	Bens do domínio público			
451	Terrenos e recursos naturais	23.188,31 €		23.188,31 €
452	Edifícios			
453	Outras construções e infraestruturas	19.050.975,51 €	10.535.207,96 €	8.515.767,55 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			
459	Outros bens do domínio público	67.088,75 €	20.338,64 €	46.750,11 €
445	Imobilizações em curso			
446	Adiantamentos por conta de bens do domínio público			
		19.141.252,57 €	**10.555.546,60 €**	**8.585.705,97 €**
	Imobilizações incorpóreas			
431	Despesas de instalação			
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.167.962,61 €	794.273,70 €	373.688,91 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	60.500,00 €	40.333,34 €	20.166,66 €
443	Imobilizações em curso			
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			
		1.228.462,61 €	**834.607,04 €**	**393.855,57 €**
	Imobilizações corpóreas			
421	Terrenos e recursos naturais	1.686.914,60 €		1.686.914,60 €
422	Edifícios e outras construções	19.300.453,46 €	4.070.786,17 €	15.229.667,29 €
423	Equipamento básico	3.347.690,23 €	902.147,01 €	2.445.543,22 €
424	Equipamento transporte	1.850.003,24 €	1.743.987,16 €	106.016,08 €
425	Ferramentas e utensílios	494.877,01 €	430.377,77 €	64.499,24 €
426	Equipamento administrativo	1.067.087,12 €	983.065,54 €	84.021,58 €
427	Taras e vasilhame			
429	Outras imobilizações corpóreas	1.053.535,48 €	932.391,04 €	121.144,44 €
442	Imobilizações em curso	2.730.031,66 €		2.730.031,66 €
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			
		31.530.592,80 €	**9.062.754,69 €**	**22.467.838,11 €**
	Investimentos financeiros			
411	Partes de capital	144.958,43 €		144.958,43 €
412	Obrigações e títulos de participação	297.712,50 €		297.712,50 €
414	Investimentos em imóveis			
415	Outras aplicações financeiras			
441	Imobilizações em curso			
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			
		442.670,93 €	**- €**	**442.670,93 €**
	Circulante			
	Existências			
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	179.998,67 €		179.998,67 €
35	Produtos e trabalhos em curso			
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
33	Produtos acabados e intermédios			
32	Mercadorias	3.342,69 €		3.342,69 €
37	Adiantamentos por conta de compras			
		183.341,36 €	**- €**	**183.341,36 €**

Balanço Consolidado – Ativo

MUNICÍPIO DE VIMIOSO **Ano: 2019**

Código das contas POCAL	Ativo	2019		
		AB	AP	AL
	Dívidas de terceiros – curto e médio/longo prazos			
28	Empréstimos concedidos			
211	Clientes, c/c	2.157,45 €		2.157,45 €
212	Contribuintes, c/c	259,23 €		259,23 €
213	Utentes, c/c	3.329,29 €		3.329,29 €
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	17.834,78 €	16.270,66 €	1.564,12 €
251	Devedores pela execução do orçamento			
229	Adiantamentos a fornecedores			
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			
24	Estado e outros entes públicos	24.480,25 €		24.480,25 €
262+263+267+268	Outros Devedores (262+263+267+268)	95.206,11 €		95.206,11 €
		143.267,11 €	**16.270,66 €**	**126.996,45 €**
	Títulos negociáveis			
151	Ações			
152	Obrigações e títulos de participação			
153	Títulos de dívida pública			
159	Outros títulos			
18	Outras Participações em Tesouraria			
		- €	**- €**	**- €**
	Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa			
12	Depósitos em instituições financeiras	3.243.240,13 €		3.243.240,13 €
11	Caixa	503,62 €		503,62 €
		3.243.743,75 €	**- €**	**3.243.743,75 €**
	Acréscimos e diferimentos			
271	Acréscimos de proveitos	156.216,25 €		156.216,25 €
272	Custos diferidos	26.049,21 €		26.049,21 €
		182.265,46 €	**- €**	**182.265,46 €**
	Total de Amortizações		20.452.908,33 €	
	Total de Provisões		16.270,66 €	
		-	**20.469.178,99 €**	
	Total do ativo	**56.095.596,59 €**	**20.469.178,99 €**	**35.626.417,60 €**

Órgão Executivo

Em____de_____de 2020

Órgão Deliberativo

Em____de_____de 2020

Balanço Consolidado - Capital Próprio e Passivo

MUNICÍPIO DE VIMIOSO **Ano: 2019**

Código das contas POCAL	Fundos próprios e passivo	2019
		AL
	Fundos Próprios	
51	Património	7.890.561,56 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	132.179,28 €
56	Reservas de reavaliação	
571	Reservas legais	1.273.834,18 €
572	Reservas estatutárias	
573	Reservas contratuais	
574	Reservas livres	12.348,96 €
575	Subsídios	
576	Doações	9.110,00 €
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	
59	Resultados transitados	9.375.288,26 €
88	Resultados líquidos do exercício	107.260,63 €
		18.800.582,87 €
	Passivo	
292	Provisões para riscos e encargos	18.417,51 €
		18.417,51 €
	Dívidas a terceiros – médio/longo prazo	
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	2.331.902,20 €
		2.331.902,20 €
	Dívidas a terceiros – curto prazo	
2311	Empréstimos de curto prazo	
269	Aditamentos por conta de vendas	
221	Fornecedores, c/c	
228	Fornecedores – Faturas em receção e conferência	
252	Credores pela execução do orçamento	
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	
24	Estado e outros entes públicos	
264	Administração autárquica	
262+263+265+267+268	Outros credores	546.452,03 €
217	Clientes e utentes com cauções	81.869,17 €
		628.321,20 €
	Acréscimos e Diferimentos	
273	Acréscimos de custos	636.745,96 €
274	Proveitos diferidos – Subsídios para investimento	13.210.447,86 €
		13.847.193,82 €
		16.825.834,73 €
	Total dos fundos próprios e do passivo	**35.626.417,60 €**

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em____de_____de 2020	Em____de_____de 2020

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2019

Demonstração de Resultados Consolidada

Município de Vimioso **Ano 2019**

Código das Contas POCAL		Exercícios 2019	
	Custos e Perdas		
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias		
	Matérias	274.363,48	274.363,48
62	Fornecimentos e serviços externos		2.973.475,86
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	2.787.886,85	
643 a 648	Encargos Sociais	724.880,79	3.512.767,64
63	Transf e subsidios correntes concedidos e prestações sociais		714.430,51
66	Amortizações do exercicio	2.068.169,91	
67	Provisões	16.270,66	2.084.440,57
65	Outros custos e perdas operacionais		8.004,34
	(A)		9.567.482,40
68	Custos e perdas financeiros		28.619,55
	(C)		9.596.101,95
69	Custos e Perdas Extraordinários		154.676,58
	(E)		9.750.778,53
88	Resultado Líquido do Exercicio		107.260,63
			9.858.039,16
	Proveitos e Ganhos		
	Vendas e Prestações de serviços:		
7111	Vendas de mercadorias	0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	134.058,77	
712	Prestações de serviços	453.753,38	587.812,15
72	Impostos e taxas		502.229,80
	Variação de Produção		
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	
73	Proveitos Suplementares	0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	7.509.592,36	
76	Outros Proveitos Operacionais	0,00	7.509.592,36
	(B).....		8.599.634,31
78	Proveitos e ganhos financeiros		249.185,69
	(D).....		8.848.820,00
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.009.219,16
	(F).....		9.858.039,16
	Resumo:		
	Resultados Operacionais: (B) - (A)		-967.848,09
	Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)		220.566,14
	Resultados Correntes: (D) - (C)		-747.281,95
	Resultado Líquido do Exercício: (F) -(E)		107.260,63

Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Em____de_____de 2020	Em____de_____de 2020

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidado

Ano: 2019

Recebimentos			***Pagamentos***		
Saldo da Gerência anterior		2.838.109,98 €	Despesas orçamentais		9.982.094,99 €
Execução orçamental	2.257.136,22 €		Correntes	7.528.884,06 €	
Operações de tesouraria	580.973,76 €		Capital	2.453.210,93 €	
Receitas orçamentais		10.340.381,32 €			
Correntes	7.915.814,91 €		Operações de tesouraria		674.054,61 €
Capital	2.424.566,41 €		Saldo para a gerência seguinte		3.243.743,75 €
Outras			Execução orçamental	2.615.422,55 €	
Operações de tesouraria		721.402,05 €	Operações de tesouraria	628.321,20 €	
		13.899.893,35 €			**13.899.893,35 €**

Órgão Executivo

Em____de_____de 2020

Órgão Deliberativo

Em____de_____de 2020

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2019

De harmonia com o preceituado no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), as Demonstrações Financeiras Consolidadas compreendem obrigatoriamente o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, o Mapa de Fluxos de Consolidados de Operações Orçamentais e o Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de "*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo*".

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido o modelo de estrutura do anexo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas, ou não são aplicáveis ou dizem respeito a factos ou situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

De acordo com o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, com as devidas adaptações, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

De acordo com as participações do Município de Vimioso, podemos definir as entidades incluídas e excluídas do perímetro de consolidação, que de seguida se identificam:

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

- Denominação social, sede e nº de pessoas ao Serviço:

a.1.) Designação da entidade: MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Sede: Praça Eduardo Coelho – 5230-315 Vimioso

Nº Médio de Pessoas ao serviço em 31/12/2019: 180 (5 Executivo Municipal + 5 Dirigentes + 23 Técnicos Superiores + 32 Assistentes Técnicos + 105 Assistentes Operacionais + 5 Informáticos + 3 Gabinete de Apoio à Presidência + 1 Fiscal + 1 Professor de Inglês)

a.2.) Designação da entidade: Resíduos do Nordeste EIM, S.A.

Sede: Rua Fundação Calouste Gulbenkian – 5370-340 Mirandela

Nº Médio de Pessoas ao serviço em 31/12/2019: 11

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação:

O n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, determina que "*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º*

50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal".

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., é uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade anónima, nos termos dos artigos 271.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, e artigo 19.º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com o NUIPC 505542331, participada pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e pela Associação de Municípios do Douro Superior que integra os municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., importa referir que se trata de uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Douro Superior. A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação a 31/12/2019 foi de 191.

N.º de trabalhadores do grupo municipal		
Município de Vimioso	**Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.**	**Total**
180	11	191

b) Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação:

Participações em entidades societárias			
Entidade Participada		**Tipo de Entidade**	**Motivos de exclusão do perímetro de consolidação**
Denominação	**NIPC**		
Laboratório Regional de Trás - os - Montes e Alto Douro	503271985	Sociedade por Quotas	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei nº. 73/2013, de 3 de setembro. A participação do Município no social capital é de 4,55% (Valor detido: 3,741,00€).

Participações em entidades não societárias			
Entidade Participada		**Tipo de Entidade**	**Motivos de exclusão do perímetro de consolidação**
Denominação	**NIPC**		
AMTFNT - Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	504004522	Associação de Municípios	Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município.
AMNP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município.
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Outra não societária	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Agência de Energia de Trás-os-Montes, AE-TM	509620540	Outra não societária	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75ª da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes	510957544	Comunidade Intermunicipal	Entidade mãe ou consolidante - Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é entidade consolidante, pelo que não integra o perímetro de consolidação do Município.

Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro	502134615	Associativa	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro	Q3700306H	Outra não societária	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
Associação das Termas de Portugal	503975281	Associativa	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais	513864202	Associação de Municípios	Inexistência de Controlo ou presunção de controlo, conforme previsto nos nºs 4 e 5 do artigo 75.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

Não aplicável.

b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;

Não aplicável

c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não aplicável.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;

Não aplicável. Na consolidação foi utilizado o método de equivalência patrimonial (MEP).

b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;

Não aplicável.

c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. destas instruções, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;

Não aplicável. Na consolidação foi utilizado o método de equivalência patrimonial (MEP).

e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;

Não aplicável.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não aplicável.

h) Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 4.5.2.1. destas instruções, bem como das razões que justificaram a sua utilização;

Não aplicável.

i) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Ano: 2019

Município de Vimioso

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Vimioso	Resíduos do Nordeste. EIM,SA (a)	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
23 - Empréstimos Obtidos	2.331.902,20 €	0,00 €	2.331.902,20 €	0,00 €	2.331.902,20 €
Total	2.331.902,20 €	0,00 €	2.331.902,20 €	0,00 €	2.331.902,20 €

(a) Não são reportadas as dívidas de médio/longo prazo da entidade Resíduos do Nordeste. EIM, S.A. atendendo que o método de consolidação utilizado foi o Método da Equivalência Patrimonial

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Código /designação das contas		Capital em Divida em 31/12/2019			Pagamentos previstos		Total dos pagamentos previstos Grupo Autárquico	Capital Consolidado em Divida Previsivel no fim de 2023
		Município de Vimioso	Resíduos do Nordeste, EIM,S.A. (a)	Total Grupo Autárquico	Município de Vimioso	Resíduos do Nordeste, EIM,S.A.		
1		2	3	4=2+3	5	6	7=5+6	8=4-7
Entidades financeiras	CGD	538.646,19 €		538.646,19 €	380.125,30 €		380.125,30 €	158.520,89 €
	Santander Totta	891.558,24 €		891.558,24 €	322.635,60 €		322.635,60 €	568.922,64 €
	MilleniumBCP	415.888,70 €		415.888,70 €	149.971,80 €		149.971,80 €	265.916,90 €
	CCAM de Mogadouro e Vimioso	187.737,77 €		187.737,77 €	71.519,20 €		71.519,20 €	116.218,57 €
	IHRU	298.071,30 €		298.071,30 €	97.311,96 €		97.311,96 €	200.759,34 €
TOTAL		2.331.902,20 €	- €	2.331.902,20 €	1.021.563,86 €	- €	1.021.563,86 €	1.310.338,34 €

(a) Não são reportadas as dívidas de médio/longo prazo da entidade Resíduos do Nordeste. EIM, S.A. atendendo que o método de consolidação utilizado foi o Método da Equivalência Patrimonial

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa:

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

Ano: 2019

Município de Vimioso

Tipo de Fluxos	Município de Vimioso / Resíduos do Nordeste, EIM, S. A.									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00 €				0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios	0,00 €				0,00 €					0,00 €
Empréstimos	0,00 €				0,00 €					0,00 €
Relações comerciais	0,00 €	324.746,77 €	0,00 €	323.190,81 €	1.555,96 €					0,00 €
Participações do capital em numerário	0,00 €				0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie	0,00 €				0,00 €					0,00 €
Outros	0,00 €				0,00 €					0,00 €
Total	0,00 €	324.746,77 €	0,00 €	323.190,81 €	1.555,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

6. Informações relativas a compromissos

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

Não aplicável.

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), apenas se reportam os elementos referentes ao Município de Vimioso.

Existem as seguintes garantias bancárias pedidas pelo Município a favor das seguintes entidades:

1 - Solicitadas à Caixa de Crédito Agrícola:

a) Estradas de Portugal – 1.000,00€ (execução de diversos ramais com travessias em estradas nacionais).

b) ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte – 1.000,00€ (destinada a garantir a recuperação de eventuais danos ambientais causados nos recursos hídricos).

Existem as seguintes garantias bancárias pedidas pela "Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.":

1 – Depósito bancário a prazo não mobilizável, cujo montante ascende, em 31 de Dezembro de 2019, a 84.292,52€, como caução da garantia bancária prestada, associada à provisão de caráter ambiental;

2 – Consignação de receitas provenientes da venda de energia, mais concretamente de biogás, no caso de incumprimento associado ao financiamento bancário em aberto (financiamento contraído junto do BEI).

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), apenas se reportam os elementos referentes ao Município de Vimioso.

As imobilizações adquiridas até dezembro de 2019 foram registadas ao custo de aquisição ou de produção, sendo que as amortizações foram efetuadas de acordo com a Cadastro e Inventários dos Bens do Estado – Portaria nº 671/2000, de 17 de abril.

As existências foram contabilizadas ao custo de aquisição.

Os investimentos financeiros são partes de capital em outras empresas e estão mensurados ao custo de aquisição, com exceção da participação social na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. que se encontra valorizada de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial.

As dívidas de e a terceiros estão valorizadas pelo valor constante nos documentos de suporte, com respeito ao princípio do custo histórico.

Os acréscimos e diferimentos encontram-se relevados de acordo com o princípio da especialização do exercício, sendo que:

- Os proveitos diferidos, encontram-se reconhecidos no exercício e associados a investimentos, nomeadamente a transferências de capital para financiamento de projetos no âmbito de Programas Comunitários.
- Os acréscimos de proveitos dizem respeito a proveitos de 2019 a receber em 2020, designadamente: Impostos Municipal sobre Imóveis; Imposto Único de Circulação; Imposto sobre transmissões onerosas de bens imóveis; venda de água e serviços de saneamento e de recolha de RSU, entre outros.
- Os acréscimos de custos, dizem respeito a custos de 2019 que vão ser pagos em 2020, designadamente: férias e subsídio de férias, e outros encargos salariais; juros com empréstimos bancários; eletricidade, comunicações, combustíveis, entre outros que vão ser pagos em 2020 cujos consumos dizem respeito a 2019.
- Os custos diferidos dizem respeito à quota parte de 2020 dos prémios de seguros pagos em 2019.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.
Não aplicável.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;
No decurso do ano de 2019 na rubrica de Despesas de Investigação e de Desenvolvimento encontra-se registada a importância de 1.167.962,61€, sendo que, o ativo líquido é de 373.688,91€. Aquela quantia refere-se ao projeto "Parque Ibérico Natureza Turismo e Aventura de Vimioso - PINTA", atendendo que a conta 43.4.2 não existe no Classificador SIIAL da DGAL.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;
Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), apenas se reportam os elementos referentes ao Município de Vimioso, com exceção da participação no capital da entidade Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., que se encontra registada de acordo com o MEP, após um ajustamento de 143.431,43€.

MUNICÍPIO DE VIMIOSO

ACTIVO BRUTO — ANO: 2019 — Uni. Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Reaval./Ajust.	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Doações e transferências de/para outra entidade	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PUBLICO								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	23.188,31 €							23.188,31 €
EDIFÍCIOS								- €
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	18.147.039,31 €		764.834,27 €		204.554,94 €	343.656,87 €		19.050.975,51 €
BENS DO PATRIM. HISTÓRICO,ARTISTICO E CULT.								- €
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	67.088,75 €							67.088,75 €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	10.971,60 €					- 10.971,60 €		- €
ADIANT. POR CONTA DE BENS DE DOM. PÚBLICO								- €
	18.248.287,97 €	- €	764.834,27 €	- €	204.554,94 €	332.685,27 €	- €	19.141.252,57 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
DESPESAS DE INSTALAÇÃO								- €
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENV.	46.896,94 €		1.121.066,67 €					1.167.963,61 €
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS			60.500,00 €					60.500,00 €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO								- €
ADIANT. POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INC.								- €
	46.896,94 €	- €	1.181.566,67 €	- €	- €	- €	- €	1.228.463,61 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	1.481.097,60 €		205.817,00 €					1.686.914,60 €
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	18.944.268,15 €		3.217.502,19 €		2.868.303,28 €	6.986,40 €		19.300.453,46 €
EQUIPAMENTO BÁSICO	3.162.622,94 €		185.067,29 €					3.347.690,23 €
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1.850.003,24 €							1.850.003,24 €
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	484.934,88 €		9.942,13 €					494.877,01 €
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.029.629,58 €		37.457,54 €					1.067.087,12 €
TARAS E VASILHAME								- €
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	1.032.862,42 €		20.673,06 €					1.053.535,48 €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	3.187.986,26 €		- 118.282,93 €			- 339.671,67 €		2.730.031,66 €
ADIANT. POR CONTADE IMOBILIZAÇÕES CORP.								- €
	31.173.405,07 €	- €	3.558.176,28 €	- €	2.868.303,28 €	- 332.685,27 €	- €	31.530.592,80 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS								
PARTES CAPITAL		143.431,43 €	1.527,00 €					144.958,43 €
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	297.712,50 €							297.712,50 €
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS								
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES								
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS								
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS								
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA								
OUTROS TÍTULOS								
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO								
ADIANT. POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINAN.								
	297.712,50 €	143.431,43 €	1.527,00 €	- €	- €	- €	- €	442.670,93 €
TOTAL	49.766.302,48 €	143.431,43 €	5.506.104,22 €	- €	3.072.858,22 €	0,00 €	- €	52.342.979,91 €

Movimentos ocorridos nas amortizações, ajustamentos e provisões

MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Amortizações e Provisões — Uni. Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PUBLICO				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS				
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	9.487.223,45 €	1.090.804,54 €	42.820,03 €	10.535.207,96 €
BENS DO PATRIM. HISTÓRICO,ARTISTICO E CULT.				
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	16.984,20 €	3.354,44 €	- €	20.338,64 €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
ADIANT. POR CONTA DE BENS DE DOM. PÚBLICO				
	9.504.207,65 €	1.094.158,98 €	42.820,03 €	10.555.546,60 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO				
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENV.	9.995,94 €	784.277,76 €		794.273,70 €
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS		40.333,34 €		40.333,34 €
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
ADIANT. POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INC.				
	9.995,94 €	824.611,10 €	- €	834.607,04 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	3.630.507,73 €	756.873,90 €	316.595,46 €	4.070.786,17 €
EQUIPAMENTO BÁSICO	781.581,77 €	120.565,24 €		902.147,01 €
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1.712.665,32 €	31.321,84 €		1.743.987,16 €
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	411.000,42 €	19.377,35 €		430.377,77 €
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	928.676,20 €	54.389,34 €		983.065,54 €
TARAS E VASILHAME	838.296,56 €	94.094,48 €		932.391,04 €
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
ADIANT. POR CONTADE IMOBILIZAÇÕES CORP.				
	8.302.728,00 €	1.076.622,15 €	316.595,46 €	9.062.754,69 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
PARTES CAPITAL				
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA				
OUTROS TÍTULOS				
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
ADIANT. POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINAN.				
	- €	- €	- €	- €
TOTAL	17.816.931,59 €	2.995.392,23 €	359.415,49 €	20.452.908,33 €

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;

Não aplicável.

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;
Não aplicável.

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;
Não aplicável.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;
Não aplicável.

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;
Não aplicável.

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.
Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;
Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;
Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), apenas se reportam os elementos referentes ao Município de Vimioso.
Venda de mercadorias: 0,00€
Venda de produtos: 134.058,77€
Prestação de serviços: 453.753,38€

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 3.5.2.1. destas instruções e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;
Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Município de Vimioso (Remunerações Anuais):

Órgão Executivo: 130.775,10€

Fiscal Único: 4.800,00 €

RESÍDUOS DO NORDESTE. EIM, S.A. (Remunerações Anuais):

Conselho de Administração: 0,00 €

Conselho Geral: 0,00 €

Fiscal Único: 5.000,00 €

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Custos e Perdas	EXERCICIOS		Proveitos e Ganhos	EXERCICIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	27.904,53 €		781 - JUROS OBTIDOS		
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	1.334,38 €	
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMEMTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	245.124,04 €	
684 - PROVIS ES PARA PLICA ES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	2.727,27 €	
685 - DIFEREN AS DE C MBIO DESFAVOR VEIS			785 - DIFERENCAS DE CAMBIO FAVORAVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	715,02 €		787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	220.566,14 €		788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
TOTAL	249.185,69 €	- €	TOTAL	249.185,69 €	- €

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Custos e Perdas	EXERCICIOS		Proveitos e Ganhos	EXERCICIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	64.536,39 €		791 - RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS	18.113,11 €	
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXIST NCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA		
694 - PERDAS EM IMOBILIZACÕES	8.000,00 €		794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	116,84 €	
695 - MULTAS E PENALIDADES	692,50 €		795 - BENEFICIOS PENAL. CONTRATUAIS	3.310,67 €	
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	15.973,29 €	
697 - CORRECÕES REL. EXERC. ANTERIORES	78.262,99 €		797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	7.923,23 €	
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	3.184,70 €		798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	963.782,02 €	
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	854.542,58 €				
TOTAL	1.009.219,16 €	- €	TOTAL	1.009.219,16 €	- €

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

As provisões foram efetuadas de acordo com as regras previstas no POCAL. No ano de 2019 o Município de Vimioso constituiu uma provisão para cobranças duvidosas de publicidade, água, saneamento, limpeza, via pública, habitação e outros, no valor de 16.270,66 €, para dívidas em mora há mais de 12 meses e para outras há mais de 6 meses e até 12 meses.

ANO: 2019

Código das conta	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
291 Provisões para cobranças duvidosas	15.973,29 €	16.270,66 €	15.973,29 €	16.270,66 €
292 Provisões para riscos e encargos	18.417,51 €	- €	- €	18.417,51 €
39 Provisões para depreciação de existências	- €	- €	- €	- €
49 Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €
Total	**34.390,80 €**	**16.270,66 €**	**15.973,29 €**	**34.688,17 €**

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Não aplicável. Não existem bens em regime de locação financeira.

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

10. Mapa resumo dos fluxos de caixa

Atendendo ao método utilizado na consolidação, Método de Equivalência Patrimonial (MEP), a informação a reportar diz apenas respeito ao Município de Vimioso.

Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidado

Ano: 2019

Recebimentos			***Pagamentos***		
Saldo da Gerência anterior		2.838.109,98 €	Despesas orçamentais		9.982.094,99 €
Execução orçamental	2.257.136,22 €		Correntes	7.528.884,06 €	
Operações de tesouraria	580.973,76 €		Capital	2.453.210,93 €	
Receitas orçamentais		10.340.381,32 €			
Correntes	7.915.814,91 €		Operações de tesouraria		674.054,61 €
Capital	2.424.566,41 €		Saldo para a gerência seguinte		3.243.743,75 €
Outras			Execução orçamental	2.615.422,55 €	
Operações de tesouraria		721.402,05 €	Operações de tesouraria	628.321,20 €	
		13.899.893,35 €			13.899.893,35 €

Vimioso, 08 de junho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal (Entidade consolidante)

António Jorge Fidalgo Martins

RELATÓRIO DE CONTAS 2019

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS | 2019

PÁG. ÍNDICE

4 Relatório de Gestão Anual 2019

5 Enquadramento da Sociedade

6 Atividades Desenvolvidas em 2019

7 1. Recolha Indiferenciada

10 2. Gestão do Aterro Sanitário

18 3. Recolha Seletiva

22 4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis

26 5. Estudos e Projetos

31 6. Evolução da Gestão

38 7. Situação Financeira

39 8. Perspetivas

40 9. Proposta de Aplicação dos Resultados

40 10. Outras Informações

41 11. Conclusão

Anexo ao Relatório de Gestão Anual Relativo ao Exercício de 2019

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Anexo

Relatório Anual e Parecer do Fiscal Único

Certificação Legal das Contas

37

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2019

Exmos Acionistas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.:
Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e Associação de Municípios do Douro Superior.

Cumprindo as disposições legais aplicáveis, designadamente o disposto na alínea e), do artigo 13º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro e 55/2011, de 15 de novembro, e na alínea g), do artigo 8º dos Estatutos da empresa, submetemos à V/ apreciação, o nosso Relatório de Gestão e a proposta de aplicação dos Resultados, tudo reportado ao exercício de 2019, elaborado em conformidade com a Lei n.º 50/2012.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

Nas últimas duas décadas ocorreu uma significativa evolução ao nível dos sistemas de gestão de resíduos urbanos. Partindo-se de uma lógica de gestão predominantemente municipal, no período anterior a 1995, evoluiu-se para uma gestão plurimunicipal através da criação dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de RU.

Assim, no final de 2010, encontravam-se constituídos os atuais 23 sistemas responsáveis pelo serviço de tratamento e destino final adequado dos resíduos urbanos (alta) produzidos nos 278 municípios de Portugal Continental.

Os serviços de recolha de resíduos indiferenciados (baixa) mantiveram-se, na sua maioria, a ser prestados diretamente por serviços municipais, embora alguns municípios tenham vindo a contratualizar este serviço a entidades com participação privada, por delegação do serviço em empresas do sector empresarial local.

Nas Figuras 1 e 2 apresentam-se os modelos de gestão do serviço de resíduos urbanos em alta e em baixa em Portugal Continental, em 2019.

Figura 1 - EG com serviço em alta

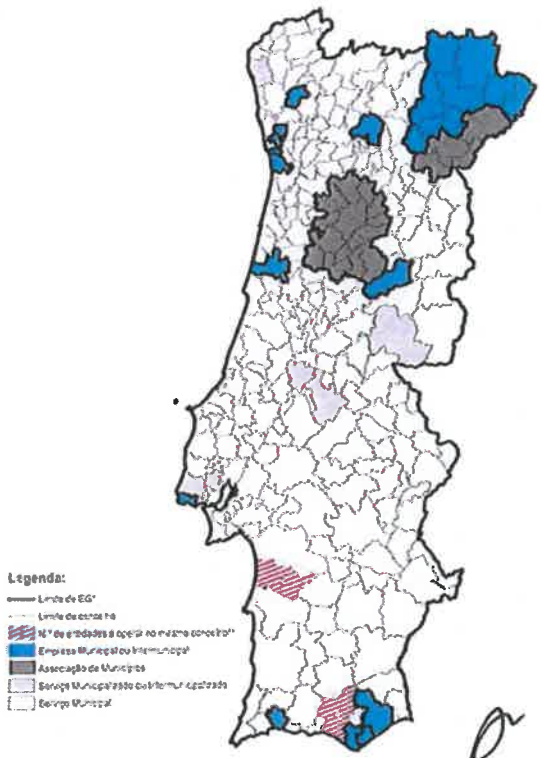


Figura 2 - EG com serviço em baixa

De referir que a maior parte dos sistemas criados assumiu a responsabilidade de recolha seletiva dos resíduos urbanos na respetiva área de intervenção, exceção feita a 28 municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, Vale do Sousa e Alentejo Central.

Recentemente registaram-se alterações legais com impacte ao nível dos intervenientes do setor, de que se destacam as referentes ao acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas, permitindo a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, tendo nessa sequência sido alienado o capital social da EGF a uma entidade privada o que implicou a alteração da natureza jurídica das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, das quais a EGF era acionista maioritária, deixando estas de ser empresas públicas e passando a ser detidas, maioritariamente por uma empresa privada.

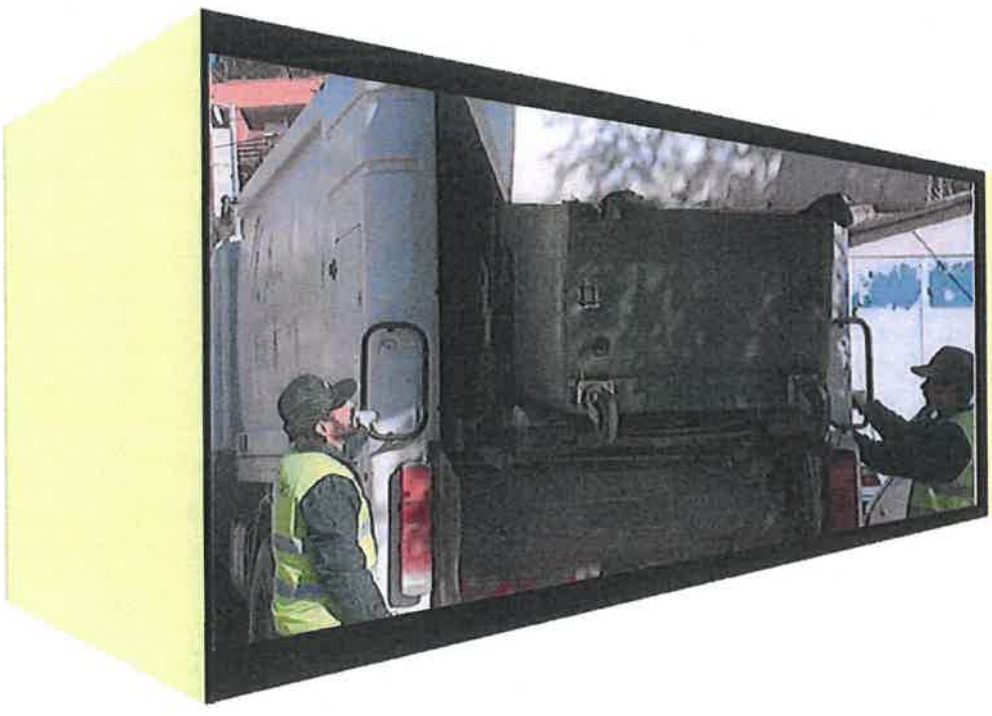
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2019

Durante o ano de 2019 a empresa prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios que o integram.

Descrevem-se, de seguida, as principais atividades desenvolvidas nos seguintes domínios:

1. Recolha Indiferenciada;
2. Gestão do Aterro Sanitário;
3. Recolha Seletiva;
4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis;
5. Estudos e Projetos;
6. Evolução da Gestão;
7. Situação Financeira.

Mais desenvolvimentos sobre estas e outras atividades estão descritas, entre outros, no Relatório de Sustentabilidade (2019).



RECOLHA INDIFERENCIADA

1. RECOLHA INDIFERENCIADA

O serviço de recolha indiferenciada de resíduos urbanos e a exploração das estações de transferência, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, decorreu com normalidade.

Em novembro de 2019, a prestação de serviços da Terra Quente passou a ser realizada pelo Agrupamento Complementar de Empresas "Terra Quente Transmontana, ACE" que é constituído em partes iguais pelas empresas EcoAmbiente, S.A. e PA Residel, S.A.. Desta forma passou a estar em vigor o contrato de prestação de serviços em resultado do Concurso Público Internacional n.º 3/2017 "Serviços de gestão de recolha indiferenciada de resíduos urbanos da Terra Quente Transmontana". No gráfico 1 pode ser analisada a evolução das quantidades recolhidas pelo serviço de recolha indiferenciada desde ao ano 2003 a 2019.

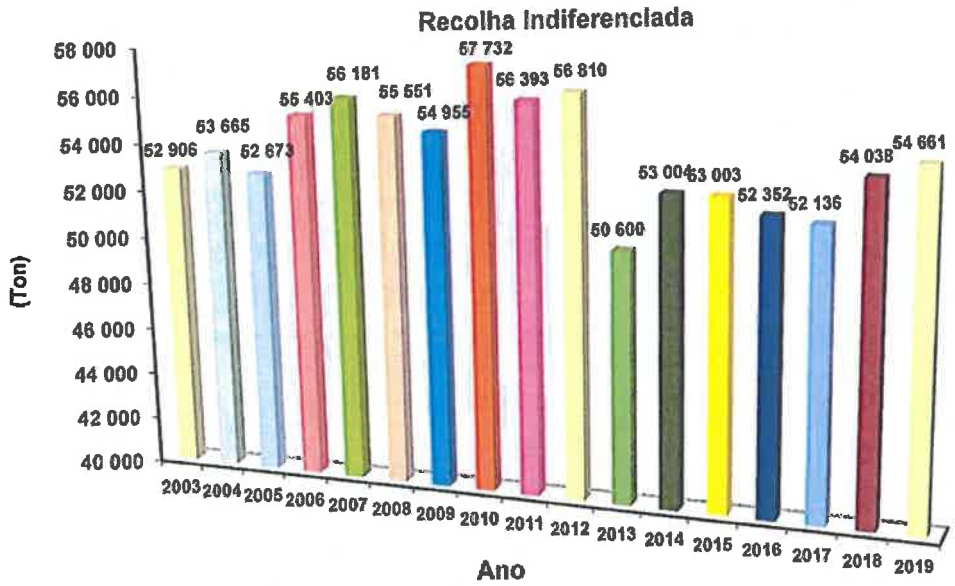


Gráfico 1 – Recolha Indiferenciada 2003 - 2019

Em 2019 a recolha indiferenciada teve um aumento de cerca de 1,15%, correspondente a 623,40 toneladas. Este aumento explica-se pelo facto de a economia portuguesa estar com um ligeiro crescimento económico e as medidas de prevenção de resíduos não terem os efeitos esperados na redução da produção de resíduos.

1.1 Produção de Resíduos Urbanos no Sistema

Município	Toneladas 2018	Toneladas 2019	Variação
Alfândega da Fé	1816,09	1814,19	-0,10%
Bragança	15415,26	15716,04	1,95%
Carrazeda de Ansiães	2267,62	2265,25	-0,10%
Freixo de Espada à Cinta	1364,81	1390,36	1,87%
Macedo de Cavaleiros	5613,36	5607,50	-0,10%
Miranda do Douro	2541,12	2603,24	2,44%
Mirandela	8486,22	8477,36	-0,10%
Mogadouro	3445,50	3510,01	1,87%
Torre de Moncorvo	3086,74	3144,53	1,87%
Vila Flor	2382,90	2380,42	-0,10%
Vila Nova de Foz Côa	2990,93	3046,92	1,87%
Vimioso	1762,20	1740,56	-1,23%
Vinhais	2865,10	2964,86	3,48%
Resíduos do Nordeste	*54037,84*	*54661,24*	1,15%
Particulares / Empresas	*433,78*	*541,80*	24,90%
RSU / ecocentros / trapezoidais	*1357,92*	*1531,84*	12,81%
TOTAL	*55829,55*	*56734,88*	1,62%

Quadro 1 – Proveniência dos resíduos urbanos (2019)

GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

2. GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

A melhoria da gestão do aterro sanitário, foi uma das nossas principais preocupações, quando a Resíduos do Nordeste assumiu, em 2017, a gestão desta infraestrutura.

2.1. PRODUÇÃO DE RU

De acordo com os dados da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, a produção de resíduos continuará a superar o crescimento económico e os RU deverão continuar a crescer substancialmente até 2020.

Por seu lado, a Agência Europeia do Ambiente[1] salienta que é imprescindível melhorar a gestão dos resíduos urbanos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Em síntese, a Agência Europeia do Ambiente salienta:

- De acordo com as previsões, o volume de resíduos urbanos deverá aumentar 25% entre 2005 e 2020;
- O aumento da recuperação de resíduos e o desvio de resíduos dos aterros desempenham um papel essencial para se fazer face ao impacte ambiental de um acréscimo permanente do volume de resíduos;
- Tendo em conta uma utilização acrescida da reciclagem e da incineração com recuperação de energia, espera-se que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa resultante da gestão de resíduos urbanos diminuam consideravelmente até 2020;
- A limitação ou prevenção do aumento do volume de resíduos reduziriam ainda mais as emissões de gases com efeito de estufa proveniente do setor dos resíduos e proporcionariam outros benefícios à sociedade e ao ambiente.

A produção dos RU na Europa continua a crescer. Assim, a meta de 300kg/per capita/ano para 2000 não foi alcançada, registando-se uma produção de 500kg/per capita/ano.

Em Portugal, em 2018, os RU tiveram o seguinte destino final:

[1] EEA Briefing 2008.01.

45

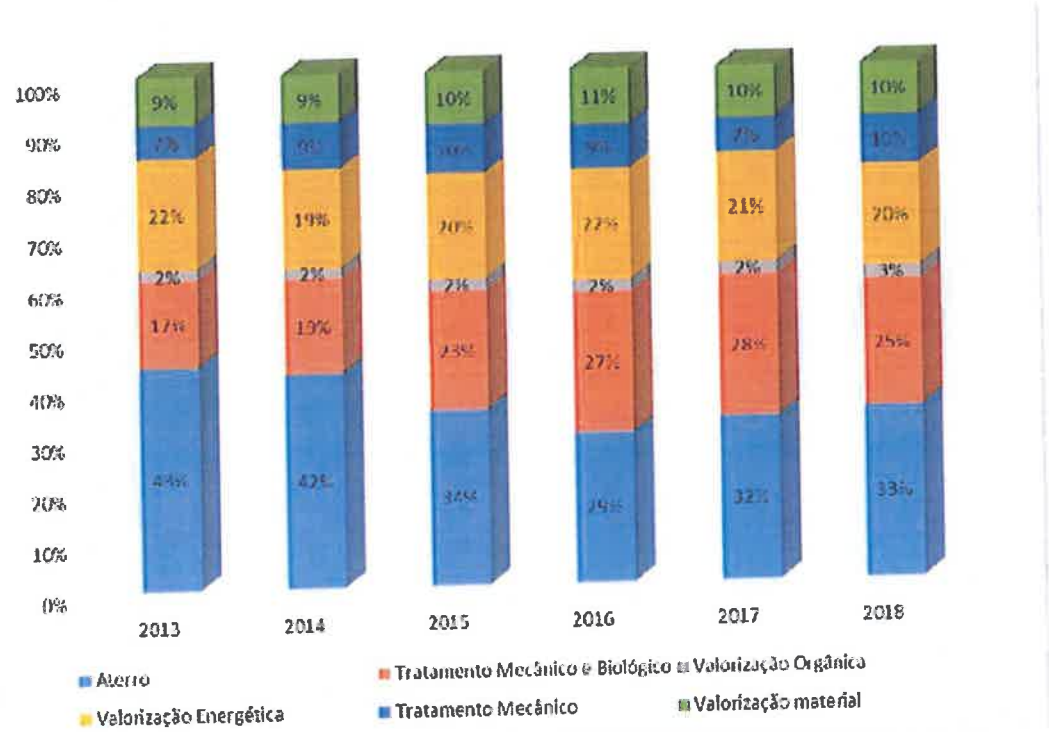


Gráfico 2 – Destino dos RU em Portugal. Fonte: RARU, 2018.

O Relatório do Estado do Ambiente (2019), com dados referentes a 2018, salienta em síntese o seguinte:

- A produção de resíduos urbanos tem vindo a aumentar desde 2014, cifrando-se, em Portugal continental, nos 4,94 milhões de toneladas em 2018 (+4,2% face a 2017), o que corresponde a uma produção diária de 1,38 kg por habitante. Neste ano, a taxa de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos foi de 40% e a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro foi de 46% (43% em 2017).
- No que diz respeito à reciclagem de fluxos específicos de resíduos (embalagens e resíduos de embalagens, óleos lubrificantes usados, pneus usados, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de pilhas e acumuladores, veículos em fim de vida e resíduos de construção e demolição), as taxas de reciclagem obtidas em 2018 permitiram o cumprimento das metas globais definidas na legislação, exceto para os veículos em fim de vida, que se estima terem ficado 1% abaixo da meta estabelecida para 2015 (85%).
- Analisando especificamente o fluxo de resíduos de embalagens, foram produzidos aproximadamente 1,70 milhões de toneladas em 2017, tendo resultado numa taxa de reciclagem de 55%. As embalagens de papel e cartão, plástico e madeira apresentaram uma taxa de reciclagem igual ou superior às metas instituídas. No

entanto o vidro, tal como nos anos anteriores, não alcançou a respetiva meta, desta vez por uma diferença de 11%. No caso das embalagens de metal a meta de 50% não foi atingida, tendo-se registado uma taxa de reciclagem de 44%.

- A produção de resíduos perigosos em Portugal atingiu o valor máximo em 2017, cerca de 918 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de 10% face ao verificado em 2016. Para este aumento contribuiu o tratamento de passivos industriais e de solos contaminados. A maior parte dos resíduos perigosos produzidos em Portugal tiveram origem em atividades de recolha, tratamento e eliminação de resíduos, no comércio e serviços e em outros setores de atividade.
- Em 2017, o total de rendimentos das entidades gestoras de resíduos, resultantes das prestações financeiras – ecovalor – assumidas pelo produtor pelos impactes ambientais associados aos respetivos produtos, foi de cerca de 101 milhões de euros, o que representou um aumento de 21% face ao ano anterior, aproximando-se dos rendimentos obtidos em 2015. Em 2017, as entidades gestoras investiram 4,77 milhões de euros em sensibilização e comunicação e 758 mil euros em investigação e desenvolvimento.

No que respeita à Região do Nordeste Transmontano, a produção de resíduos aumentou ao longo de vários anos, começando a diminuir em 2013 e a tendência dos últimos anos é de um ligeiro crescimento.

No aterro sanitário foram depositados: o refugo proveniente da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), resíduos equiparados a urbanos, o refugo proveniente do Centro de Triagem, assim como as quantidades provenientes de particulares, sendo:

- Refugo: 36.299,48 ton.
- Particulares: 541,80 ton.

Em 2020, de acordo com as nossas previsões, devemos receber no Parque Ambiental do Nordeste Transmontano 55.000 toneladas provenientes da recolha indiferenciada e 4.500 toneladas provenientes da recolha seletiva.

2.2. MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ATERRO SANITÁRIO

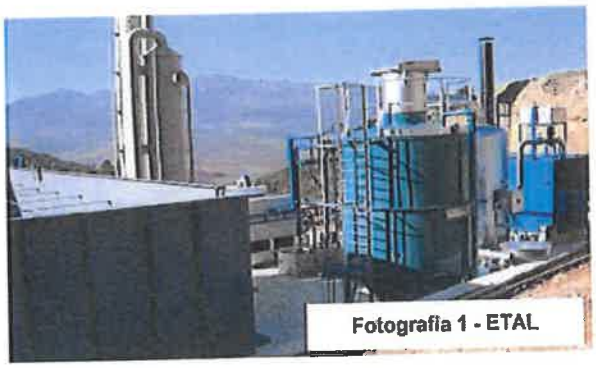
A monitorização do aterro sanitário é efetuada de acordo com as normas legais e ambientais em vigor, incluindo a análise de águas superficiais, águas subterrâneas, lixiviados e biogás, não existindo dados significativos a mencionar no presente Relatório. Ainda no que se refere ao aterro sanitário, são de registar as ações de controlo da respetiva exploração, realizadas com uma frequência semanal, e a realização de Relatórios Periódicos de Exploração para envio à APA e/ou à CCDR-N.

Os lixiviados, durante o ano 2019, foram tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) do aterro sanitário e a monitorização foi efetuada de acordo com os parâmetros exigidos na legislação e na Licença Ambiental.

2.3. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS LIXIVIANTES (ETAL)

A ETAL do aterro sanitário encontra-se em funcionamento, efetuando o tratamento dos lixiviados.

A infraestrutura representou um investimento no valor de 1.250.000,00€ que foi comparticipado pela APA em 85%, conforme estatuído no respetivo Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira.



Fotografia 1 - ETAL

É, contudo, de salientar que os gastos do tratamento dos lixiviados eram muito elevados constituindo uma forte preocupação.

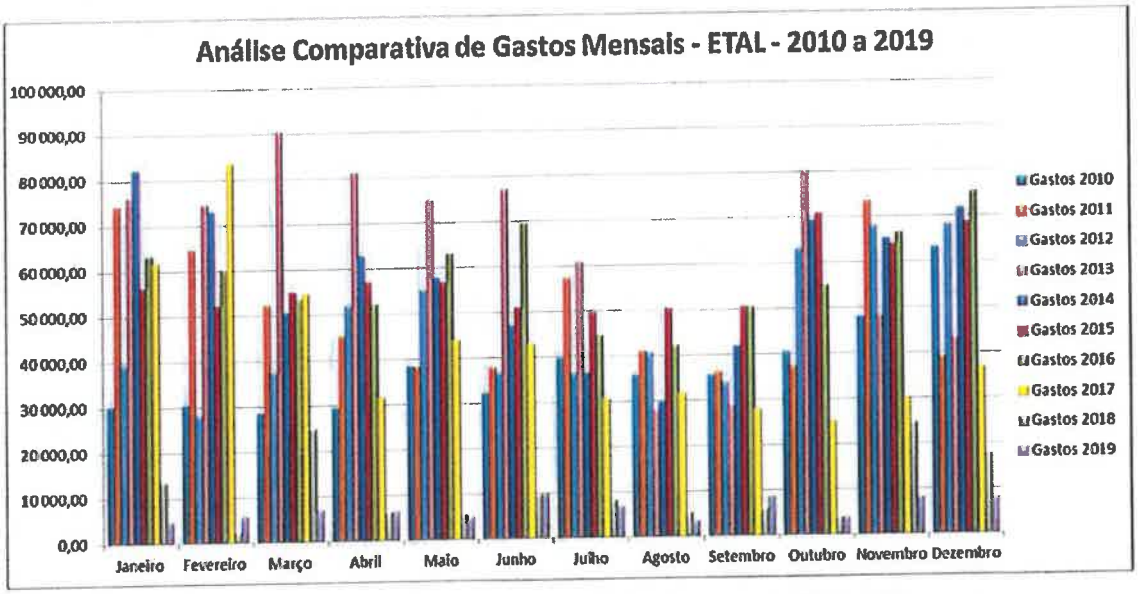


Gráfico 3 – Análise comparativa dos gastos mensais 2010 a 2018

Para minimizar os gastos do tratamento dos lixiviados, salvaguardando o cumprimento das normas legais e ambientais, a Resíduos do Nordeste assumiu, em janeiro de 2018, a gestão da ETAL. Dessa forma, conseguimos reduzir drasticamente os gastos, em 2017 gastámos 501.785.72 €, em 2018 e 2019, o gasto foi de 125.937,46 € e 76.202,77 €, respectivamente.

2.4. APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS

A nível nacional a atribuição de novas potências para produção de energias renováveis a partir de biogás constitui um passo importante para a concretização do objetivo a que Portugal se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto para que, em 2010, 39% do consumo energético tenha origem em fontes de energia renovável.

O aproveitamento energético de biogás de aterros sanitários necessita de peritagem técnica e financeira para um correto planeamento, execução do projeto e operação dos sistemas, tendo a Resíduos do Nordeste obtido informação favorável da Direção-Geral de Geologia e Energia para uma ligação até 1246 Kva à rede do sistema elétrico público.

Este projeto evita a emissão de cerca de 2.000 ton/ano de CO_2 e a economia anual de cerca de 7.000 barris de petróleo. Por outro lado, permite minimizar custos operacionais e gerar proveitos suplementares através da venda de energia elétrica à rede pública.

Representa um investimento de aproximadamente 1.150.000,00€, uma potência de 716 kW, e uma produção média anual de energia de 4.500 MWh, energia equivalente ao consumo médio de 1.500 habitações por ano.

Fotografia 2 - CVE

A CVE entrou em funcionamento em maio de 2009, registando a produção expressa no gráfico 4. Em 2019, por dificuldades no licenciamento junto da DGEG, não houve faturação de energia.

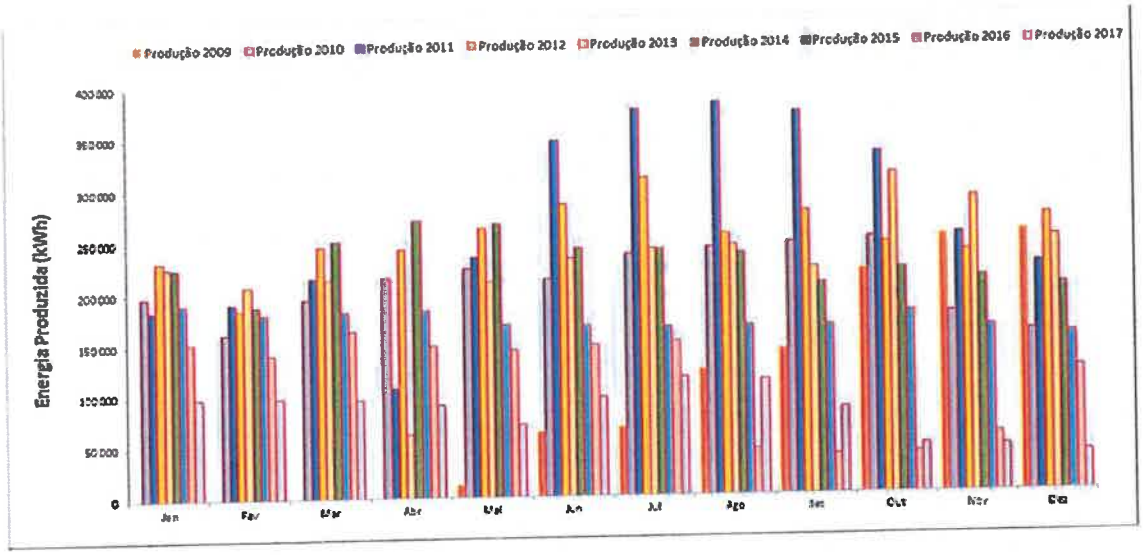


Gráfico 4 – CVE: Produção 2009 a 2017

2.5. CAPACIDADE ESTIMADA DO ATERRO

No que concerne a perspetivas futuras, está neste momento em exploração a 3ª célula do aterro sanitário permitindo a deposição de resíduos até 2022 (face ao funcionamento da UTMB) e uma capacidade estimada de 1.252.317 toneladas, com adequadas otimizações, aumento de cota altimétrica de deposição e, de forma sustentada, fazer melhorias sucessivas na exploração do aterro sanitário (cf. Fotografia 3).

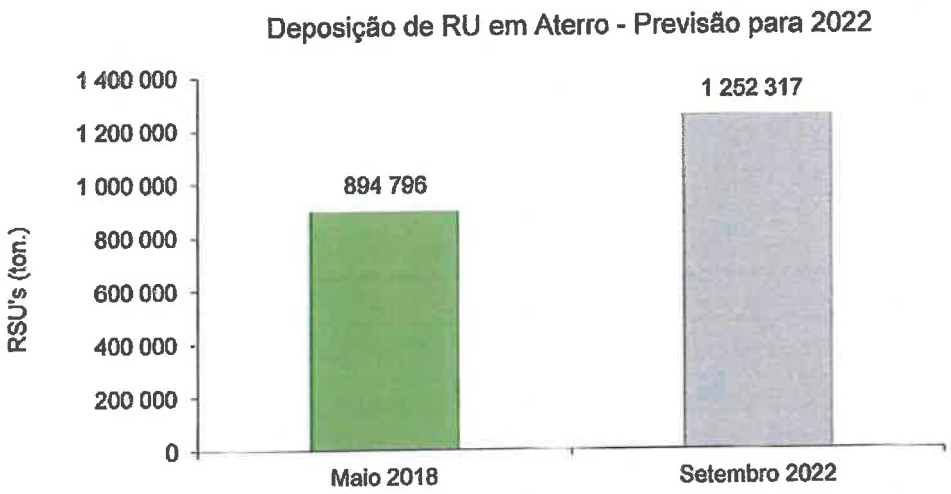
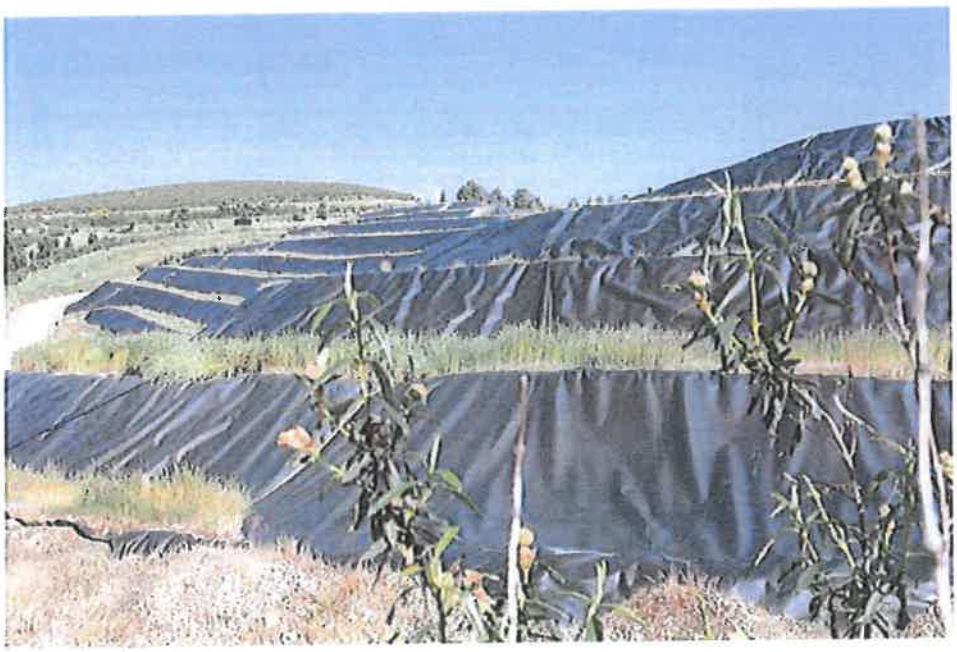


Gráfico 5 – Deposição de RU em Aterro.



Fotografia 3 - Aterro Sanitário de Urjais – área selada

51

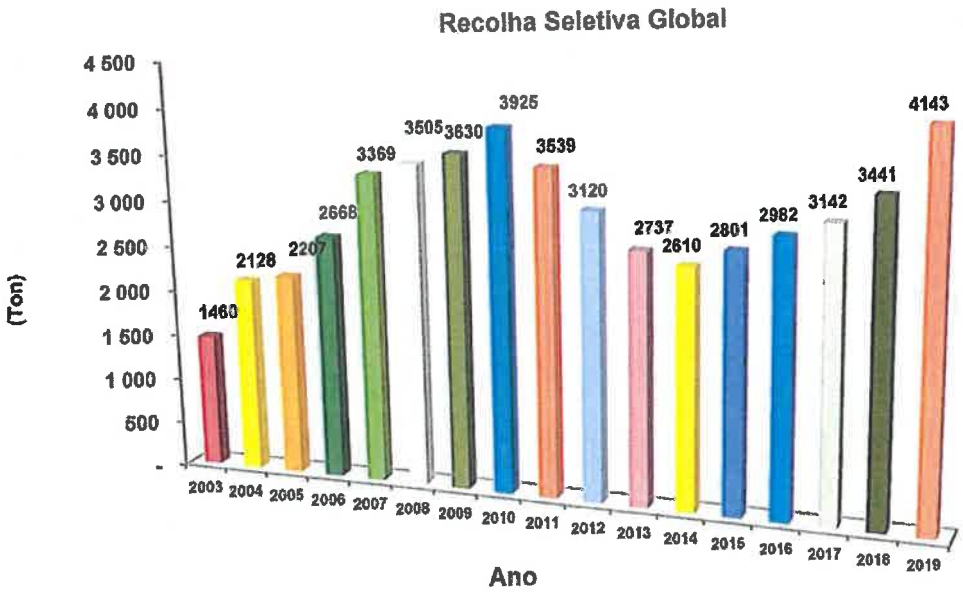
RECOLHA SELETIVA

3. RECOLHA SELETIVA

Em 2019 a recolha seletiva aumentou na maioria dos materiais, apresentando as seguintes quantidades:

Quantidade (Ton)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Papel/Cartão	825	858	963	1057	1109	1389
Vidro	790	799	699	761	878	1022
Metal	145	147	178	198	229	248
Plásticos	460	495	612	612	601	770
Madeira	165	178	217	259	321	365
Pilhas	1	2	1	3	2	1
Óleos Minerais	3	2	1	0	0	0
REEE's	212	284	313	310	303	348
OAU	9	11	14	9	15	16
Verdes	0	25	41	31	44	39
TOTAL	2610	2801	3039	3240	3502	4198

Figura 3 – Recolha Selectiva 2019.



Podemos verificar que houve um aumento na recolha seletiva global de 20,39%, em relação a 2018. No nosso rácio (RS vs RI) obtemos um valor de 7,05 %, conforme se evidencia na figura seguinte:

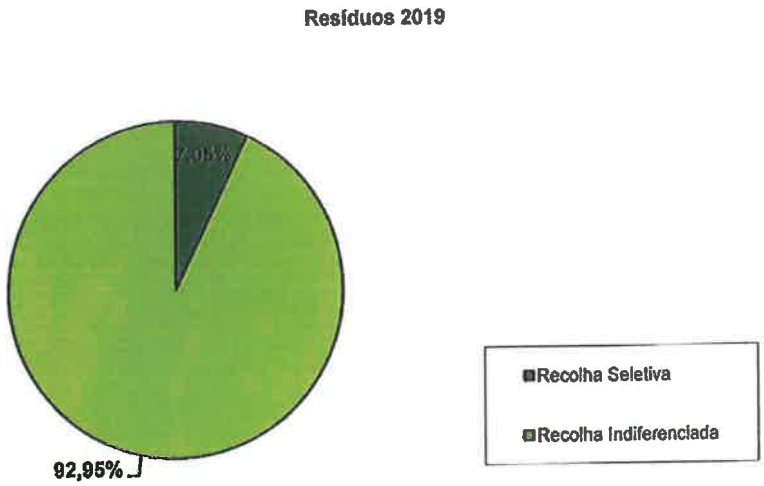


Gráfico 6 – Rácio Recolha Seletiva vs Recolha Indiferenciada.

3.1. ECOPONTOS

No que diz respeito aos ecopontos a rede atualmente instalada é a seguinte:

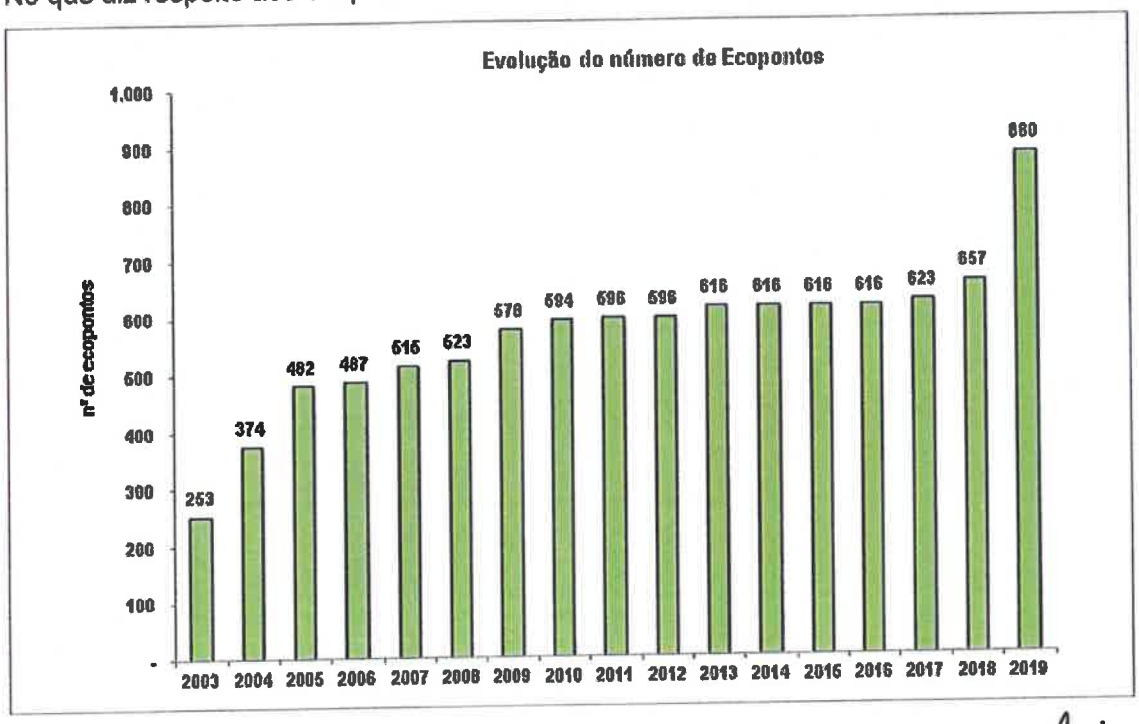


Gráfico 7 – Evolução do número de Ecopontos.

20

Independentemente da necessidade de avaliar o aumento do número de ecopontos instalados em alguns municípios, o Sistema apresenta um rácio global de ecopontos instalados muito aceitável, 1 ecoponto / 149 habitantes (880 ecopontos instalados / 131.112 habitantes fonte: Pordata 2018).

Acresce que a um alargamento da rede de ecopontos deverá corresponder um aumento da produção de recicláveis, caso contrário, podemos colocar em causa o equilíbrio financeiro dos contratos existentes.

No domínio da recolha seletiva, onde ainda temos que progredir, temos procurado reciclar ou valorizar todos os resíduos.

RECICLAR É PRESERVAR

RESÍDUOS URBANOS BIODEGRADÁVEIS

56

4. RESÍDUOS URBANOS BIODEGRADÁVEIS

UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO POR DIGESTÃO ANAERÓBIA

Com o objetivo de contribuir para a estratégia de valorização orgânica de RUB, consignada no PERSU II, e enquadrada no compromisso nacional e comunitário de redução da matéria orgânica depositada em aterro, a implementação deste projeto dotou o conjunto dos treze municípios dos meios necessários para poder passar a valorizar RUB. Por outro lado, através da separação mecânica, permite a recuperação de resíduos recicláveis.

Fotografia 4 – UTMB – panorâmica exterior

A UTMB constitui uma solução integrada para a valorização das cerca de 55.000 toneladas de RU produzidas anualmente no Sistema. Por ano permitirá desviar da deposição em aterro no mínimo 10.000 toneladas de RUB provenientes da recolha seletiva.

O custo total da operação foi de **19.093.967,00€** (dezanove milhões, noventa e três mil, novecentos e sessenta e sete euros), conforme consta da Decisão Favorável de Financiamento.

A cobertura financeira da operação foi assegurada da seguinte forma:

a) Até ao montante máximo correspondente a cerca de **85%** do montante de decisão da operação através da comparticipação financeira do FEDER;

b) A restante despesa necessária à execução integral da operação foi assegurada por fontes de financiamento nacionais, a cargo da Resíduos do Nordeste.

Fotografias 5 e 6 UTMB - interior

O montante máximo de comparticipação financeira concedido pelo FEDER, no âmbito do presente contrato, foi de **15.808.034,67€**, em consequência do aumento da taxa de cofinanciamento Fundo de Coesão de 70% para 85%.

Trata-se de uma oportunidade para a região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, pois constitui um foco de empregabilidade (criação de novos postos de trabalho) e um potencial mercado inovador através da comercialização do composto orgânico produzido, restabelecendo a economia da região e produção de energia elétrica através da valorização do biogás gerado no sistema. Por outro lado, a produção de composto orgânico com qualidade demonstrará os benefícios acrescidos e ainda desconhecidos na fertilidade dos solos, nomeadamente na reabilitação de áreas degradadas/ abandonadas na região (minas, pedreiras, áreas desertificadas).

A UTMB encontra-se em funcionamente deste 2013.

Caraterização dos resíduos que entraram na UTMB em 2019:

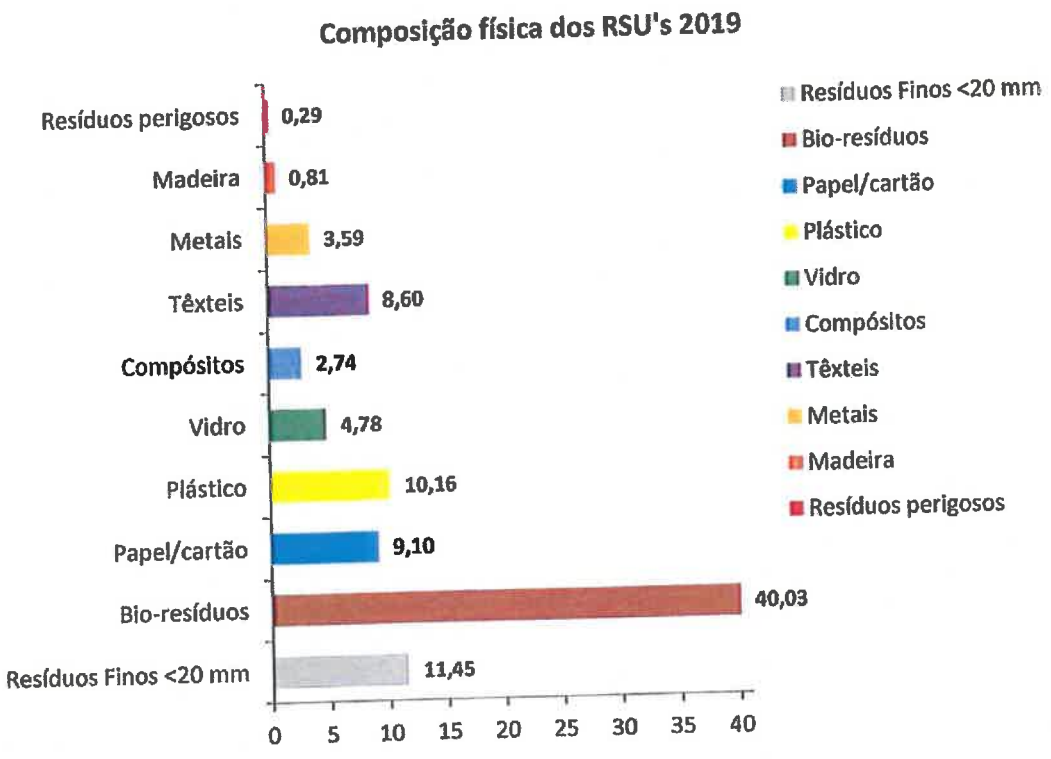


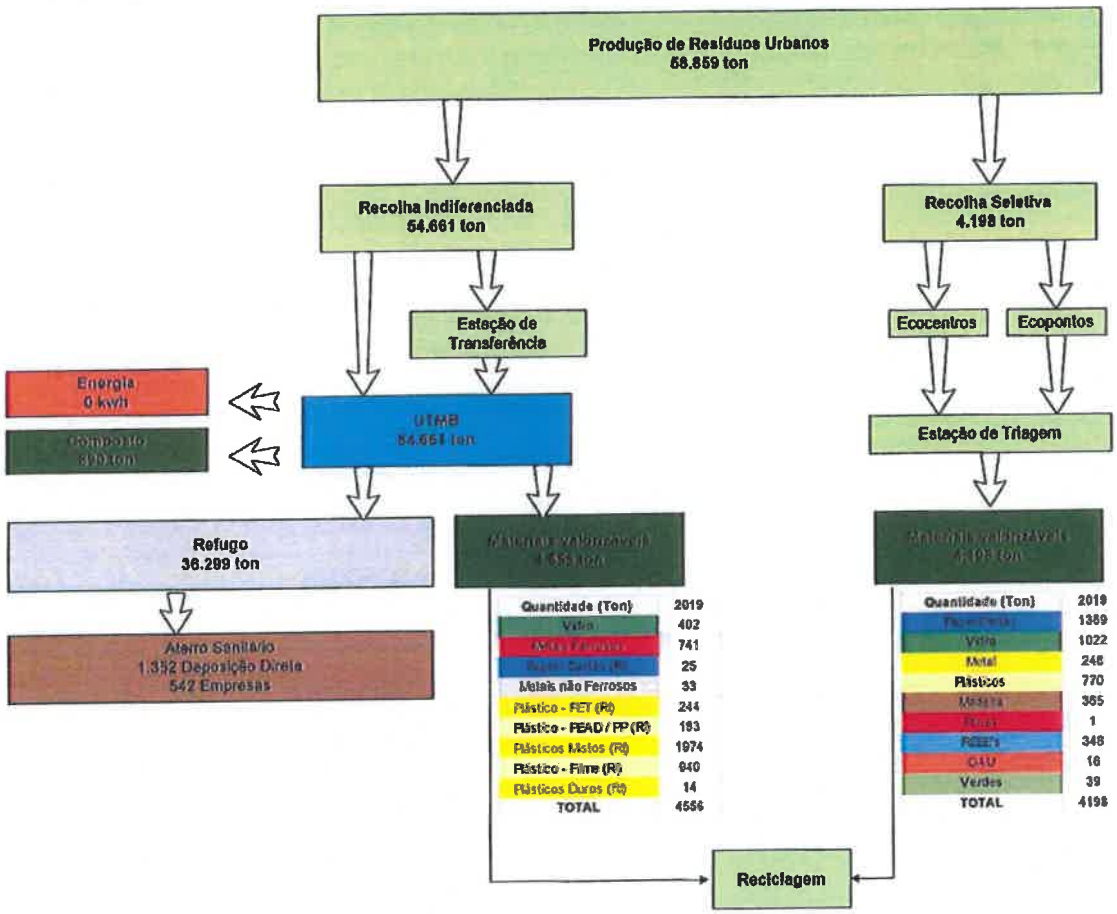
Gráfico 8 – Composição física dos RSU's.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico recebeu, em 2019, os RU provenientes das recolhas municipais e os resíduos verdes dos ecocentros onde existe este fluxo de resíduos separado em contentor, conforme quadro seguinte:

58

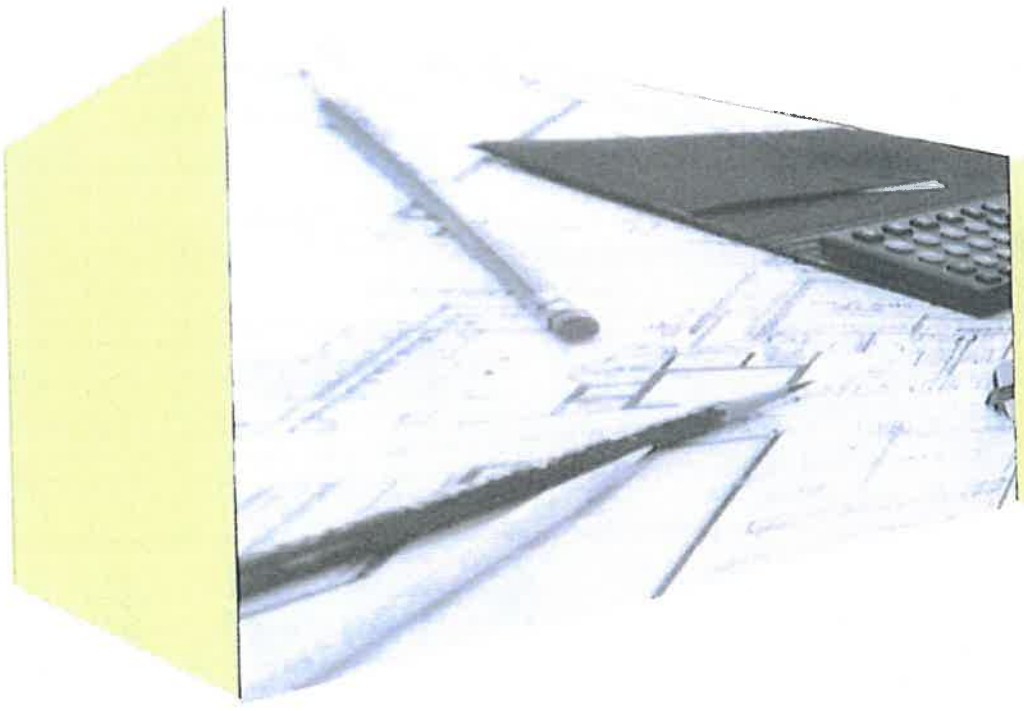
Proveniência	Quantidade (t)
Recolhas municipais	54.661,24
Resíduos Verdes	39,08

Balanço de Massas – Parque Ambiental do Nordeste Transmontano



Com a conclusão da UTMB ganhou forma o "Parque Ambiental do Nordeste Transmontano" (PANT) em contraponto com a anterior situação de apenas um aterro sanitário, como elucida a fotografia 7.

Fotografia 7: Parque Ambiental do Nordeste Transmontano



ESTUDOS E PROJETOS

5. ESTUDOS E PROJETOS

Neste domínio, em 2019, continuamos a implementar os seguintes estudos e projetos:

5.1. NOVOS FLUXOS DE RESÍDUOS

Neste particular, importa destacar a recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados (OAU)

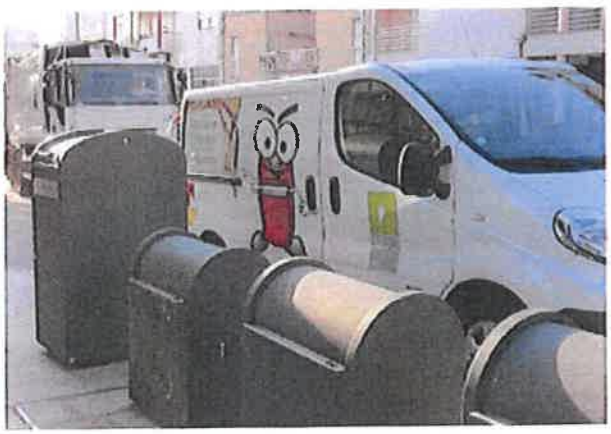
Delegação na Resíduos do Nordeste, EIM, da gestão dos óleos alimentares usados – criação de uma rede de recolha seletiva intermunicipal – Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro.

A Resíduos do Nordeste é responsável pela gestão dos OAU, nos municípios que delegaram na empresa essa responsabilidade.

Em 31 de dezembro de 2017 a Resíduos do Nordeste era responsável pela gestão dos OAU nos seguintes municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vimioso.

A rede de recolha seletiva intermunicipal de óleos alimentares usados encontra-se praticamente instalada na sua totalidade nos municípios que delegaram na Resíduos do Nordeste essa responsabilidade.

Mais informações sobre este assunto são desenvolvidas no respetivo relatório anual de gestão de OAU (2019).



Fotografias 8 e 9: Oleões instalados e viatura de recolha

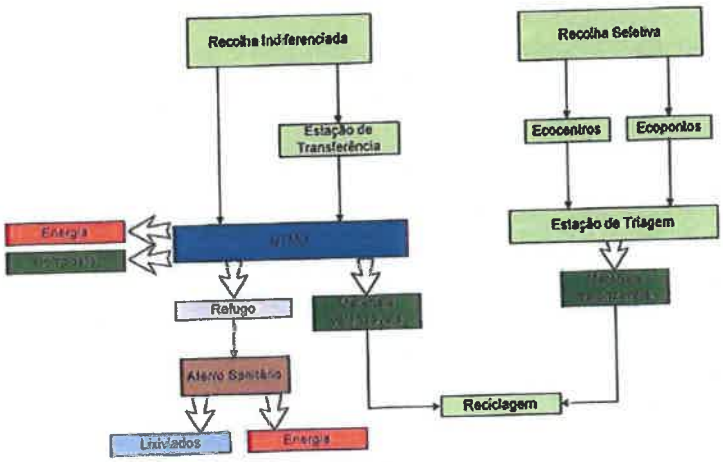
61

5.2. "PROJETO INTEGRADO DE RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL NO NORDESTE TRANSMONTANO

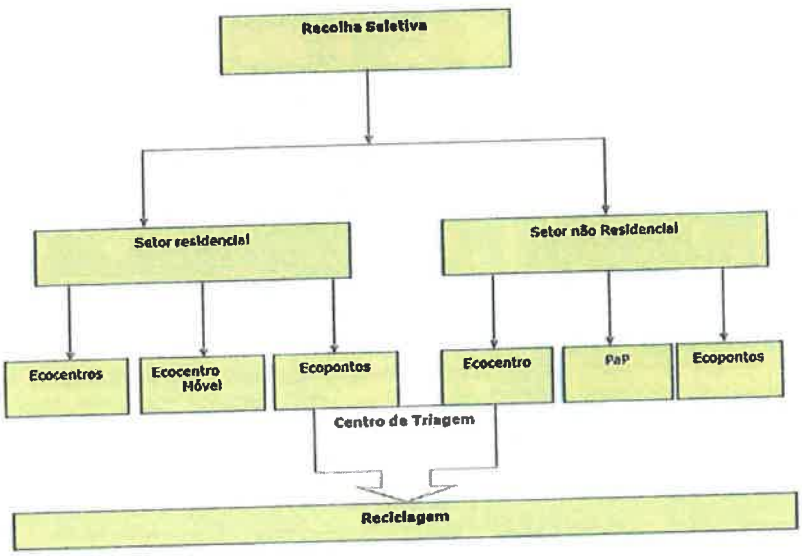
A operação foi aprovada ao abrigo do PO SEUR e compreende as seguintes ações:
Ação 1 - Recolha Seletiva Multimaterial porta-a-porta (PaP);
Ação 2 - Otimização e Reforço da Recolha Seletiva;
Ação 3 – Centro de triagem.

O "Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano" tem uma duração de 30 meses.

Modelo atual de gestão de resíduos



Alteração ao modelo de recolha seletiva com o projeto



62

5.3. PROJETO EDUCAR PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR

O projeto aprovado, com a duração de 24 meses, destina-se a resíduos urbanos, ou seja, "resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações", com uma produção diária inferior a 1.100 l.

Consiste na implementação de uma campanha de educação e sensibilização nos municípios que integram a CIM-TTM, e em simultâneo no Sistema Resíduos do Nordeste.

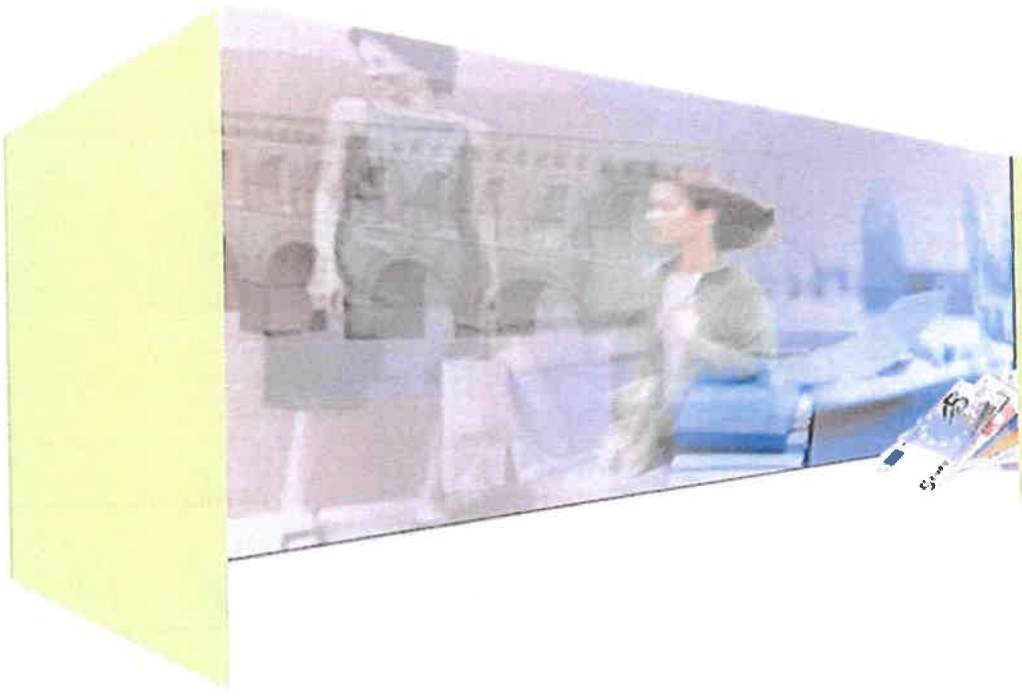
Compreende a criação de instrumentos de sensibilização e comunicação sobre, reutilização, redução de embalagens, redução do desperdício alimentar, redução da perigosidade de resíduos e reciclagem.

5.4. NOVOS ESTUDOS E PROJETOS

A Resíduos do Nordeste realizou vários estudos e projetos ao longo do ano de 2019, nomeadamente para o reforço da recolha seletiva porta-a-porta, para a recolha seletiva de biorresíduos, a saber:

- Reforço da Recolha Seletiva Porta-a-Porta no Setor Residencial;
- Adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico para o tratamento de biorresíduos;
- Recolha Seletiva de Biorresíduos.

62



EVOLUÇÃO DA GESTÃO E SITUAÇÃO FINANCEIRA

6. EVOLUÇÃO DA GESTÃO

6. 1 INVESTIMENTOS REALIZADOS

A evolução da magnitude dos investimentos no contexto do triénio findo apresenta-se como segue:

(valores expressos em euros)

Política de investimentos		Período 2019			Período 2018			Período 2017
		Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Investimentos	Investimentos financeiros	363,72	130,39	55,68%	233,33	33,69	16,88%	199,64
	Propriedades de investimento							
	Ativos fixos tangíveis	1.729.213,84	1.521.265,23	731,56%	207.948,61	51.182,37	32,65%	156.766,24
	Ativos intangíveis	69.694,87	42.390,17	155,25%	27.304,70	8.335,78	43,94%	18.968,92
	Totais	1.799.272,43	1.563.785,79	664,07%	235.486,64	59.551,84	33,85%	175.934,80
Desinvestimentos	Investimentos financeiros							
	Propriedades de investimento							
	Ativos fixos tangíveis							
	Ativos intangíveis							
	Totais							

Nestes últimos três anos os investimentos realizados têm vindo a assumir cada vez maior relevância, em particular no ano findo, mesmo tendo em conta a dimensão da empresa.

No domínio dos Ativos Tangíveis, em 2019 o destaque do investimento centrou-se, sobretudo, na aquisição de bens destinados à implementação do "Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano", o qual é apoiado, financeiramente falando, por fundos comunitários enquadrados pelo POSEUR do Portugal 2020, com uma comparticipação que ronda os 85% das aplicações relevantes respetivas. Neste contexto, a maioria dos valores investidos centrou-se na aquisição de equipamentos, viaturas e construção de edifícios industriais, sendo que o valor investido nessas construções ascendeu a, sensivelmente, 450.000 €, ao passo que o valor investido em equipamentos e viaturas foi de 1.200.000 €. O total investido em 2019 na implementação desta operação superou 1.700.000 €.

Todos os valores acima referidos encontram-se excluídos de IVA.

O investimento acabado de caracterizar ainda não se encontrava concluído no final de 2019, longe disso, prevendo-se a entrada em teste do funcionamento dos equipamentos e a formação do pessoal em contexto de trabalho no início do último trimestre de 2020.

É verdade que a situação de emergência e de calamidade pública que atingiu a globalidades dos países afetou a marcha dos investimentos, até porque a montagem dos equipamentos e o acompanhamento do seu funcionamento numa fase inicial é feita por técnicos estrangeiros, motivo pelo qual se está a registar algum atraso na sua conclusão. De todo o modo, não está comprometida a data dessa conclusão prevista em candidatura aos fundos comunitários.

Já no contexto dos investimentos em intangíveis, o valor respetivo ascendeu a cerca de 70.000 €, orientado, por um lado, para a renovação do licenciamento dos ecocentros em operação e, também, para a implementação da operação supra referida.

Restará dizer que a empresa tem em curso o licenciamento de todo o complexo de recolha e tratamento de resíduos, incluindo a componente de tratamento de lixiviados, isto é, o parque ambiental globalmente considerado, tudo inserido na mais recente legislação que regula os processos de licenciamento deste tipo de complexos (Regime de Licenciamento Único de Ambiente, instituído pelo Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio), com vista à obtenção do Título Único Ambiental (TUA).

No âmbito do licenciamento acabado de focar, foram já pagas várias taxas à entidade reguladora respetiva (APA), cujo valor ascende já a cerca de 20.000 €, o qual também foi assumido como Ativo intangível.

6.2 ANÁLISE DA ACTIVIDADE E DOS RESULTADOS

Numa base trienal, mostra-se, de seguida, a evolução da atividade económica da sociedade. A análise do quadro que se segue permite observar o comportamento do volume de negócios, margem bruta e resultados operacionais, tudo numa base comparativa com aquilo que teve lugar em 2017 e 2018:

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2019			Período 2018			Período 2017
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	7.250.876,62	(49.791,18)	(0,68%)	7.300.667,80	(196.185,85)	(2,62%)	7.496.853,65
Margem bruta - Valor	1.397.125,47	(256.287,70)	(15,50%)	1.653.413,17	630.706,85	61,67%	1.022.706,32
Margem bruta - %	19,27%	-3,38%	-14,92%	22,65%	9,01%	66,01%	13,64%
Resultado operacional	505.797,94	136.498,62	36,96%	369.299,32	164.010,25	79,89%	205.289,07

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2019			Período 2018			Período 2017	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	7.250.876,62	100,00%	(0,68%)	7.300.667,80	100,00%	(2,62%)	7.496.853,65	100,00%
Margem bruta - Valor	1.397.125,47	19,27%	(15,50%)	1.653.413,17	22,65%	61,67%	1.022.706,32	13,64%
Resultado operacional	505.797,94	6,98%	36,96%	369.299,32	5,06%	79,89%	205.289,07	2,74%

Depois de praticamente ter atingido 7.500.000 € em 2017, o volume de negócios da empresa experimentou uma queda ligeira no ano seguinte, sendo que, de 2018 para 2019, assistimos a uma estabilização desta variável, na medida em que a diferença deste volume entre estes dois anos foi de apenas 50.000 €.

Assim sendo, perceciona-se, então, a relativa estabilidade da atividade da empresa no que se refere ao seu volume de operações, facto que, afinal, traduz a maturidade do negócio por si desenvolvido.

De notar que a metodologia de cálculo da tarifa aplicada aos clientes da empresa pela recolha, transporte e tratamento dos resíduos foi alterada logo no início de 2019, tendo em vista melhorar o impacto exercido pelos quantitativos recolhidos na vertente da recolha seletiva, sendo que, de tal alteração, não resultou um incremento do volume de negócios. Portanto, a alteração a que se assistiu em 2019 quanto ao modo como a tarifa é agora formada não incrementou as receitas globais da empresa, logo, das despesas dos Municípios.

Quanto aos quantitativos recolhidos, não se verificou alteração visível de 2018 para 2019, podendo falar-se de um aumento de 1%.

No que toca à evolução dos níveis de rentabilidade, destaca-se o excelente Resultado Operacional obtido no ano findo, o qual superou a marca do meio milhão de euros. Este Resultado representa um crescimento de quase 40% em relação ao mesmo Resultado do ano de 2018, sendo que, em termos absolutos, essa variação ascendeu a cerca de 136.500 €.

De todo o modo, não foi o incremento da Margem Bruta que proporcionou este grande aumento nesse Resultado, até porque essa Margem acabou por diminuir de 2018 para 2019. Com efeito, no que se refere à dita Margem, a qual, como vem sendo hábito, é calculada tomando em linha de conta apenas os gastos suportados com subcontratos e a variação nos inventários, assistiu-se a uma redução de mais ou menos 256.000 €, sendo que tal redução é equivalente a 15,5% do valor dessa Margem para 2018.

Em complemento ao acabado de mencionar e tomando para efeitos de cálculo os valores percentuais da Margem Bruta em apreço, verifica-se que a queda registada de 2018 para 2019 foi de 3,38%.

Na base desta alteração/evolução estão ainda alguns efeitos residuais da alteração do modelo de exploração da empresa, a qual se iniciou em 2017, para além de um ou outro aspeto, por vezes contingente, que acaba por afetar a evolução da grandeza em apreciação.

Sendo certo que são muitas as variáveis que conduzem à formação do Resultado Operacional, vejamos, sinteticamente, o que condicionou a sua evolução no triénio em análise, para além da descida da Margem Bruta já devidamente dissecada. Para o efeito, apresentam-se as tabelas que se seguem, as quais devem ser lidas conjuntamente com a Demonstração dos Resultados, aí se apresentando, igualmente, a evolução das outras categorias de Resultados:

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2019			Período 2018			Período 2017
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	7.250.876,62	(49.791,18)	(0,68)%	7.300.667,80	(196.185,85)	(2,62)%	7.496.853,65
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5.401.077,31)	238.787,81	4,23%	(5.639.865,12)	293.576,05	4,95%	(5.933.441,17)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1.849.799,31	188.996,63	11,38%	1.660.802,68	97.390,20	6,23%	1.563.412,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.344.001,37)	(52.498,01)	(4,06)%	(1.291.503,36)	66.620,05	4,91%	(1.358.123,41)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	505.797,94	136.498,62	36,96%	369.299,32	164.010,25	79,89%	205.289,07
Resultados financeiros	(31.592,80)	3.810,98	10,76%	(35.403,78)	3.667,88	9,39%	(39.071,66)
Resultado antes de imposto (RAI)	474.205,14	140.309,60	42,02%	333.895,54	167.678,13	100,88%	166.217,41
Imposto sobre rendimento do período	(105.765,36)	(158.553,50)	(300,36)%	52.788,14	119.872,70	178,69%	(67.084,56)
Resultado líquido do período	368.439,78	(18.243,90)	(4,72)%	386.683,68	287.550,83	290,07%	99.132,85

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2019			Período 2018			Período 2017	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	7.250.876,62	100,00%	(0,68)%	7.300.667,80	100,00%	(2,62)%	7.496.853,65	100,00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5.401.077,31)	(74,49%)	4,23%	(5.639.865,12)	(77,25%)	4,95%	(5.933.441,17)	(79,15)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1.849.799,31	25,51%	11,38%	1.660.802,68	22,75%	6,23%	1.563.412,48	20,85%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.344.001,37)	(18,54%)	(4,06)%	(1.291.503,36)	(17,69%)	4,91%	(1.358.123,41)	(18,12)%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	505.797,94	6,98%	36,96%	369.299,32	5,06%	79,89%	205.289,07	2,74%
Resultados financeiros	(31.592,80)	(0,44%)	10,76%	(35.403,78)	(0,48%)	9,39%	(39.071,66)	(0,52)%
Resultado antes de imposto (RAI)	474.205,14	6,54%	42,02%	333.895,54	4,57%	100,88%	166.217,41	2,22%
Imposto sobre rendimento do período	(105.765,36)	(1,46%)	(300,36)%	52.788,14	0,72%	178,69%	(67.084,56)	(0,89)%
Resultado líquido do período	368.439,78	5,08%	(4,72)%	386.683,68	5,30%	290,07%	99.132,85	1,32%

Tendo em conta a evolução dos principais agregados de rendimentos e gastos observada ao longo dos três últimos anos, a verdade é que ambas as tabelas acima apresentadas

exibem níveis de Resultados para 2019 claramente mais interessante do que para qualquer um dos dois anos anteriores, com exceção dos Resultados Líquidos.

Na verdade e explicando o antedito, constata-se que em 2019 o valor assumido pelo RADFI (ou EBITDA) foi de 1.849.799,31 €, a que corresponde 25,51% do volume de negócios desse ano, ao passo que no ano anterior aquele montante elevou-se a 1.660.802,68 €, sendo que a percentagem do volume de negócios que lhe está associada é de 22,75%. Por conseguinte, apesar da deterioração da Margem Bruta, tanto em termos absolutos como relativos, constata-se que o EBITDA evoluiu (muito) favoravelmente.

Tendo em conta o valor dos investimentos realizados em 2019 e, sobretudo, a magnitude daqueles que neste ano entraram em funcionamento, a que se juntam aqueles elementos que, entretanto, terminaram a sua vida útil contabilística no decurso do mesmo, o valor das Depreciações do exercício aumentou cerca de 53.000 € de 2018 para 2019. Ora, como as Depreciações andam muito ligadas ao valor que se transfere para rendimentos em consequência da subsidiação para investimento, o valor de tal transferência também acabou por subir; então, deste jogo entre gastos e rendimentos acrescidos, o impacto no Resultado Operacional de 2019 foi diminuto.

No caso da Resíduos do Nordeste, os Resultados Financeiros são quase exclusivamente formados pelos gastos financeiros (juros) pagos a propósito do empréstimo bancário contraído junto do BEI para o financiamento da construção da UTMB. Tais juros, pagos numa base semestral, baixaram ligeiramente de um ano para o outro, facto que explica a razão pela qual os Resultados Financeiros sejam parecidos para os dois últimos anos em análise. Deste modo, os Resultados Antes de Impostos seguiram em linha com a evolução dos Resultados Operacionais, apresentando um valor mais amplo em 2019 do que em qualquer dos dois anos anteriores.

Em 2019 a entidade incorreu e contabilizou alguns gastos que não são aceites para efeitos fiscais; por esse facto, o Lucro Tributável de 2019 foi mais elevado do que o correspondente Resultado Antes de Impostos. Então, o valor do IRC estimado para este ano acabou por ser mais significativo do que o seria em condições normais, facto que encolheu o Resultado Líquido desse ano. De todo o modo, sempre se dirá que não estamos em presença de gastos de valor significativo, correspondendo estes ao montantes das imparidades constituídas no ano.

Para além disso, por força da não consideração pela AT, em 2018, como gasto fiscal de um valor significativo de gastos contabilizados ao longo de anos anteriores – gastos potenciais – os quais serão efetivamente considerados como tal quando forem realmente incorridos, assistiu-se à geração de impostos diferidos ativos pelo valor de 126.000 €. Nestas condições, o imposto sobre o rendimento de 2018 acabou por assumir um valor positivo (52.788,14 €), o que impulsionou o Resultado Líquido correspondente por igual montante. Ora, no contexto do exercício de 2019, este efeito exercido pelos Impostos Diferidos não teve lugar, na medida em que não houve lugar a qualquer reconhecimento ou desreconhecimento a este nível.

Tendo em consideração o exposto nos dois itens acabados de focar, o Resultado Líquido de 2019 saí prejudicado em relação ao Resultado homólogo do ano anterior, aqui se encontrando a explicação básica para o facto de o dito Resultado ser menor em 2019 do que em 2018, apesar de o contrário ter acontecido com os Resultados apurados a montante.

Numa perspetiva de comentário a algumas rubricas que constam da Demonstração dos Resultados e que ainda não tenham sido comentadas, procurando compreender melhor os motivos subjacentes à evolução dos diversos níveis de Resultados a que se aludiu anteriormente, esclarece-se que:

(i) O valor global dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) apenas aumentou cerca de 40.000 €. Por seu turno, o valor dos Subcontratos, componente principal dos FSE, subiu cerca de 125.000 €. Assim sendo, o aumento do valor dos FSE como um todo foi acompanhada pelo aumento do valor dos Subcontratos, sendo certo que, num caso e no outro, o aumento em apreço foi muito curto – para o caso dos subcontratos esse aumento foi de 2,1% e no que se refere aos FSE globalmente considerados esse aumento foi de apenas 1%, tomando por referência, em ambos os casos, o ano de 2019.

Ainda neste contexto, assinala-se que em 2018 a empresa incorreu em gastos considerados de natureza corrente, de magnitude relevante, e que foram contabilizados em FSE, sendo que tais gastos se encontram associados à implementação do projeto "Educar para uma Economia Circular", apoiado pelo POSEUR. Ora, como em 2019 estes gastos assumiram muito menor expressão, estes factos acabam, também, por explicar o comportamento dos FSE como um todo e face ao comportamento dos subcontratos.

Face ao exposto, é legítimo concluir que, do ponto de vista operacional, a metodologia de trabalho da empresa não se alterou de modo relevante de 2018 para 2019, a que corresponderam custos operacionais de funcionamento mais ou menos iguais, sendo certo que o comportamento ora referido evoluiu mais ou menos em linha com o registado relativamente ao volume de operações.

(ii) Considerando a magnitude respetiva, os "Outros Rendimentos" assumem-se como uma parcela importante no contexto da formação dos Resultados. No entanto, no domínio daqueles "Outros Rendimentos", apenas a componente associada aos subsídios ao investimento ocupa lugar de relevo. Ora, de 2018 para 2019 verificou-se um acréscimo do valor anual da transferência para "Outros Rendimentos" deste tipo de subsídios, motivo pelo qual se assistiu a uma variação positiva do valor global de tais Rendimentos. Tal acréscimo, em termos globais, desses "Outros Rendimentos" atingiu cerca de 64.600 €, ao passo que o incremento da transferência daqueles subsídios para tais Rendimentos andou pelos 41.500 €.

Deve dizer-se que este último incremento acaba por se justificar, na medida em que o valor das Depreciações do Exercício de 2019 também sofreu um impulso positivo, sendo certo que, o valor destas últimas e aquela transferência anual destes subsídios para "Outros Rendimentos", andam interligados;

(iii) Não se reforçou o valor retido acumulado destinado a fazer face aos encargos decorrentes da selagem e monitorização do aterro, por se considerar que o valor já provisionado é suficiente. Nestes termos, não foi reforçada a Provisão respetiva;

(iv) Tendo em conta que no final de 2019 (e início de 2020) ficou cimentada a ideia segundo a qual existe risco efetivo de incobrabilidade relativamente a dois créditos detidos sobre dois clientes que operam como recetores de reciclados, constituiu-se a correspondente imparidade sobre o seu valor global. Tal imparidade ascendeu a 26.500 €, sensivelmente, valor bastante mais pequeno que o seu homólogo de 2018, o qual foi de 362.800 €, aproximadamente.

Como é evidente, esta imparidade de valor bastante mais baixo do que o de 2018 funcionou como uma mola para o crescimento do nível de resultados exibido pela empresa no ano ora relatado, a começar pelo EBITDA.

72

Aliás, é preciso dizer-se que a variação ocorrida no valor do reforço das Imparidades em créditos sobre clientes no ano de 2019, a qual se cifrou em – 336.000 € (variação negativa), sensivelmente, explica grandemente todo o comportamento dos Resultados de 2018 para 2019;

(v) O valor dos "Outros Gastos" em 2019 é muito inferior ao de 2018, em virtude de neste ano se ter procedido ao pagamento de impostos respeitantes a anos anteriores, facto que não sucedeu em 2019. Complementarmente, explica-se que esta circunstância acabou por não afetar o nível de Resultados, dado que também em 2019 não foram paralelamente reconhecidos quaisquer rendimentos associados a esse facto e que se relacionam com a reversão das correspondentes Provisões;

(vi) Os "Gastos com o Pessoal" apresentam um crescimento de quase 21.000 € de 2018 para 2019, não se tratando de uma variação digna de registo. Aliás, esta variação foi em tudo idêntica à ocorrida de 2017 para 2018. Por detrás desta variação encontram-se apenas as valorizações remuneratórias, nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2019;

A respeito dos "Gastos com o Pessoal", segue-se o quadro ilustrativo do número de efetivos e gastos correspondentes:

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	Período 2019	Período 2018	Período 2017
Número de trabalhadores no final do período	11	11	9
Número médio de trabalhadores ao longo do período	11	10	11
Gastos com o pessoal	341.339,47	320.648,01	298.955,59
Gastos médios por trabalhador	31.030,86	32.064,80	27.177,78
VAB por trabalhador	206.500,33	242.495,61	184.063,58

7. SITUAÇÃO FINANCEIRA

O nível de rentabilidade historicamente exibido pela empresa, aliada à retenção sucessiva dos resultados/lucros correspondentes, tem vindo, ano após ano, a contribuir para a sua solidez financeira. Tal nível de rentabilidade vem perfeitamente evidenciado nas tabelas que acima se apresentaram e comentaram.

Os meios libertos pela atividade da empresa em 2019 cifraram-se em 556.758 €, sendo que, em 2018, esse valor atingiu 754.332,93 €. Portanto, estamos perante valores muito interessantes, que têm contribuído para o robustecimento da situação financeira da empresa.

A boa posição financeira da entidade reflete-se nos seus principais indicadores de gestão, como é o caso do seu rácio de Autonomia Financeira e Solvabilidade. No que ao rácio de Autonomia Financeira respeita, verifica-se que o mesmo subiu ligeiramente para 67%, como se mostra adiante.

Face ao bom nível da rentabilidade observada em 2019, os indicadores de situação financeira da empresa continuam a registar níveis muito interessantes, não dando sinais de degradação.

Apresenta-se uma tabela tradutora da evolução da situação financeira da empresa no decurso do triénio findo, com a indicação de algumas grandezas relevantes:

	2017	2018	2019
Resultados Líquidos	99.132,85	386.683,68	368.439,78
Provisões	146.008,17	-146.008,17	0,00
Imparidades	0,00	362.823,42	26.492,92
Amortizações e Depreciações	1.358.123,41	1.291.503,36	1.344.001,37
Subsídios ao investimento transferidos para rendimentos	1.213.584,94	1.140.669,36	1.182.175,29
Meios Libertos	389.679,49	754.332,93	556.758,78
Ativos Correntes	7.083.991,30	7.397.427,60	7.402.281,21
Passivos Correntes	2.307.236,66	2.541.332,46	2.396.556,57
Capitais Próprios	14.165.523,29	13.765.484,86	14.363.274,91
Ativos Correntes/Passivos Correntes	3,07	2,91	3,09
Autonomia Financeira	0,65	0,65	0,67

74

Em função do antedito e apresentado, a situação financeira da empresa mostra-se perfeitamente equilibrada e saudável, dando nota de que está em perfeitas condições de solver as suas responsabilidades atuais e futuras sem quaisquer constrangimentos, aqui se incluindo aquelas que derivam dos encargos a suportar com a selagem e monitorização das células já utilizadas ou em vias de utilização e que constituem o aterro sanitário/parque ambiental sob gestão da mesma. A este respeito, notar-se-á que tais encargos mostram-se adequadamente provisionados, em conformidade com as regras que regem as normas de caráter ambiental, bem como com aquelas que regem esta matéria ao nível contabilístico.

8. PERSPETIVAS

8.1 INVESTIMENTOS A REALIZAR

Os investimentos relevantes em perspetiva estão inteiramente relacionados com o impulso ao nível da implementação dos projetos candidatados e aprovados pela empresa ao Portugal 2020, no âmbito do POSEUR, impulso esse que se espera firme no decurso do ano em curso. Neste contexto, os valores que estão em causa apresentam-se do seguinte modo (sem IVA):

- Ativos Fixos Tangíveis: 4.312.000 €
- Ativos Intangíveis: 291.000 €

8.2 GASTOS E RENDIMENTOS PREVISTOS

Neste domínio, as previsões efetuadas em sede de Plano e Orçamento para 2020 apontam para um valor de Vendas e Prestações de Serviços que deverá rondar os 7.362.000 € (s/IVA), a que deverão corresponder Gastos com o Pessoal e FSE de 412.000 € e 6.356.000 € (s/IVA), respetivamente.

A política de constituição de provisões, ao nível da selagem e monitorização do aterro sanitário, irá ajustar-se à realidade da utilização das células constitutivas do mesmo e respetiva taxa de utilização.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do C.S.C., vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2019.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 368.439,78 €, seja transferido para Reservas Livres.

A retenção destes resultados na empresa, por via da sua transferência para Reservas Livres, servirá para aumentar a sua capacidade de autofinanciamento, logo, da concretização dos investimentos projetados e acima explicitados.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 Dando cumprimento ao disposto no Artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora para com a Segurança Social e AT.
Do mesmo modo, não se registam quaisquer débitos em atraso para com os trabalhadores.

10.2 Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b), do nº 5, do Artº 66º do C.S.C., não ocorreram quaisquer fatos que mereçam especial referência.

10.3 Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397º do C.S.C. (alínea e) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.4 A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.5 No domínio da sua atividade principal, a entidade não corre especiais riscos de preço, considerando a forma como se processa a formação dos mesmos.

O risco de crédito que afeta a empresa é o normal de mercado para empresas com sólida estrutura económica e financeira e sem incidentes conhecidos e/ou registados.

Quanto aos riscos de liquidez e de fluxos de caixa, não se verificam aqui riscos elevados, considerando o facto de os principais clientes da empresa serem os Municípios que integram a área de influência da empresa, os quais, à semelhança de todos os outros, estão sujeitos ao controlo da despesa imposta por lei, na base da Lei dos compromissos (alínea h) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.6 Não é expectável que a atual crise de saúde pública provocada pela doença COVID-19, com todas as medidas que foram e têm sido tomadas para minimizar/reduzir as hipóteses de contaminação, venha a ter efeitos significativos na atividade da empresa, quer em termos do seu nível de operações, quer em termos da sua rentabilidade.

11. CONCLUSÃO

Assim, como resulta da leitura do presente Relatório, entendemos que os objetivos fixados para o ano de 2019 foram, na sua generalidade, plenamente alcançados.

O Sistema concluiu o ciclo de infra-estruturas básicas e deverá, no futuro, abrir uma nova etapa necessariamente marcada pela qualidade, nomeadamente com o incremento da recolha seletiva, o tratamento dos resíduos biodegradáveis e a valorização dos rejeitados da UTMB

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para agradecer a todos os que nos apoiaram no desempenho desta missão, nomeadamente:

Às Associações de Municípios;
Aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;
A todos os Membros da Assembleia Geral;
Ao Fiscal Único;
Aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;
A todos os funcionários das Câmaras Municipais, em particular das Divisões de Ambiente;
Aos Operadores de Resíduos; e
Aos trabalhadores da Resíduos do Nordeste.

Resíduos do Nordeste, 21 de maio de 2020.

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,

(Fernando Francisco Teixeira de Barros)

(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2019

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2019

1. Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se informação relativa às participações detidas pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização no capital da empresa à data de 31 de dezembro de 2019:

(valores expressos em euros)

Participações dos membros do orgão de gestão e dos membros do órgão de fiscalização		Ações					Obrigações		
		Membros do órgão de gestão			Membros do órgão de fiscalização	Totais	Membros do órgão de gestão	Membros do órgão de fiscalização	Totais
		Município de Bragança representado por Hernâni Dinis Venâncio Dias	Município de Vila Flor representado por Fernando Francisco Teixeira de Barros	Associação de Municípios do Douro Superior representada por Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães	...		...	...	
Ações e obrigações detidas no final do período	Número de títulos	11 560,00	2 375,00	11 000,00		24 935,00			
	Valor nominal unitário	1,00	1,00	1,00		1,00			
	Valor nominal total	11 560,00	2 375,00	11 000,00		24 935,00			
	Percentagem do capital social	23,12%	4,75%	22,00%		49,87%			
Aquisições no período	Data de aquisição								
	Número de títulos								
	Valor nominal unitário								
	Valor nominal total								
	Percentagem do capital social								
	Valor de aquisição								
Alienações no período	Data da alienação								
	Número de títulos								
	Valor nominal unitário								
	Valor nominal total								
	Percentagem do capital social								
	Valor de aquisição								

Capital social	50 000,00

As alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais não têm aplicação ao caso, na medida em que os titulares de ações da sociedade não se encontram nas condições aí referidas.

2. Comunica-se que durante o exercício de 2019 não ocorreram quaisquer negócios relacionados com ações representativas do capital da empresa, envolvendo quaisquer membros dos órgãos sociais. Tão pouco foram oneradas quaisquer ações.

3. Participações qualificadas no capital da sociedade:

(valores expressos em euros)

Participações (e transações) qualificadas no capital da sociedade		Acionistas com participações qualificadas				Totais
		Município de Bragança	Município de Macedo de Cavaleiros	Município de Mirandela	Associação de Municípios do Douro Superior	
Ações detidas no começo do período	Número de ações	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Valor nominal total	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Percentagem do capital social	23,12%	11,19%	16,92%	22,00%	73,23%
Ações adquiridas no período	Número de ações					
	Valor nominal unitário					
	Valor nominal total					
Ações alienadas no período	Número de ações					
	Valor nominal unitário					
	Valor nominal total					
Ações detidas no fim do período	Número de ações	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Valor nominal total	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Percentagem do capital social	23,12%	11,19%	16,92%	22,00%	73,23%

Capital social	50 000,00

Notas: Nos termos do disposto no número 4 do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, devem ser indicados os acionistas " que, na data do encerramento do exercício social e segundo os registos da sociedade e as informações prestadas, sejam titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital, bem como dos acionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas frações do capital.".

Resíduos do Nordeste, 21 de maio de 2020

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais

(Fernando Francisco Teixeira de Barros)

(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

BALANÇO

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A. - BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3; 4	13 694 693,07	13 299 572,27
Ativos intangíveis	3; 5	106 488,78	46 702,24
Investimentos financeiros	3; 11; 15	232 691,37	228 142,71
Créditos e outros ativos não correntes	3; 15	126 000,00	126 000,00
		14 159 873,22	**13 700 417,22**
Ativo corrente			
Inventários	3; 7	121 333,71	150 759,56
Clientes	3 ; 15	2 122 578,81	2 232 803,47
Estado e outros entes públicos	15	310 411,75	132 193,66
Outros créditos a receber	2; 3; 15	307 385,77	169 439,48
Diferimentos	3; 15	11 838,11	10 024,60
Outros ativos correntes	3; 15		179,45
Caixa e depósitos bancários	3; 11; 15	4 528 733,06	4 702 027,38
		7 402 281,21	**7 397 427,60**
Total do ativo		**21 562 154,43**	**21 097 844,82**
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11	52 230,87	52 230,87
Outras reservas	11	4 275 840,01	3 889 156,33
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	10; 11	9 616 764,25	9 387 413,98
Resultado líquido do período		368 439,78	386 683,68
Total do capital próprio		**14 363 274,91**	**13 765 484,86**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9 ; 15	1 773 035,71	1 773 035,71
Financiamentos obtidos	3; 11; 15	653 826,66	758 614,53
Outras dívidas a pagar	3; 11; 15	2 375 460,58	2 259 377,26
		4 802 322,95	**4 791 027,50**
Passivo corrente			
Fornecedores	3; 15	1 194 803,45	1 377 722,89
Estado e outros entes públicos	15	441 925,46	381 255,07
Financiamentos obtidos	3; 11; 15	104 787,87	100 853,57
Diferimentos	3; 15	8 195,00	
Outros passivos correntes	3; 11; 15	646 844,79	681 500,93
		2 396 556,57	**2 541 332,46**
Total do passivo		**7 198 879,52**	**7 332 359,96**
Total do capital próprio e do passivo		**21 562 154,43**	**21 097 844,82**

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	3; 8; 15	7 250 876,62	7 300 667,80
Subsídios à exploração	15	47 181,77	94 991,87
Variação nos inventários da produção	15	-29 425,85	51 347,30
Fornecimentos e serviços externos	14; 15	-6 219 391,10	-6 179 767,28
Gastos com o pessoal	15	-341 339,47	-320 648,01
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2; 3; 8; 11	-26 492,92	-362 823,42
Provisões (aumentos/reduções)	3; 9	0,00	146 008,17
Aumentos/reduções de justo valor	3; 11	4 184,94	-4 319,44
Outros rendimentos	10; 15	1 222 262,18	1 157 716,41
Outros gastos	8; 15	-58 056,86	-222 370,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 849 799,31	1 660 802,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4; 5	-1 344 001,37	-1 291 503,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		505 797,94	369 299,32
Juros e gastos similares suportados	6	-31 592,80	-35 403,78
Resultado antes de impostos		474 205,14	333 895,54
Imposto sobre o rendimento do período	3; 15	-105 765,36	52 788,14
Resultado líquido do período		368 439,78	386 683,68

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 162 381,82 €	8 506 136,53 €
Pagamentos a fornecedores		- 7 002 237,87 €	- 6 569 173,64 €
Pagamentos ao pessoal		- 341 111,53 €	- 310 457,94 €
Caixa gerada pelas operações		819 032,41 €	1 626 504,95 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	15	- 78 441,60 €	- 102 362,25 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 298 278,12 €	- 346 855,59 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		442 312,69 €	1 177 287,11 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	- 1 722 889,06 €	- 209 036,79 €
Ativos intangíveis	5	- 72 746,48 €	- 27 304,70 €
Investimentos financeiros		- 364,07 €	- 215,50 €
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		1 313 488,41 €	119 998,02 €
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 482 511,20 €	- 116 558,97 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11; 15	- 100 853,57 €	- 97 066,98 €
Juros e gastos similares		- 32 242,25 €	- 36 028,84 €
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 133 095,82 €	- 133 095,82 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 173 294,33 €	927 632,32 €
Efeitos das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	4 702 027,38 €	3 774 395,07 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	4 528 733,06 €	4 702 027,38 €

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.
Demonstração das alterações no capital próprio no período 2019

Unidade Monetária: €

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
			Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	11	50 000,00				52 230,87	3 889 156,33	386 683,68		9 387 413,98		13 765 484,86		13 765 484,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção do novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedentes de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		10; 11									229 350,27		229 350,27		229 350,27
	7										229 350,27		229 350,27		229 350,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											368 439,78	368 439,78		368 439,78
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											368 439,78	597 790,05		597 790,05
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações		11						386 683,68	(386 683,68)						
	10							386 683,68	(386 683,68)						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	11=6+7+8+10	11	50 000,00				52 230,87	4 275 840,01			9 616 764,25	368 439,78	14 363 274,91		14 363 274,91

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.
Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018

Unidade Monetária: €

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
			Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1		50 000,00				52 230,87	3 790 023,48	99 132,85		10 174 136,09		14 165 523,29		14 165 523,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedentes de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		10									(786 722,11)		(786 722,11)		(786 722,11)
	2										(786 722,11)		(786 722,11)		(786 722,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											386 683,68	386 683,68		386 683,68
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											386 683,68	(400 038,43)		(400 038,43)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações								99 132,85	(99 132,85)						
	5							99 132,85	(99 132,85)						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5	10; 11	50 000,00				52 230,87	3 889 156,33			9 387 413,98	386 683,68	13 765 484,86		13 765 484,86

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

ANEXO

Exercício de 2019

ANEXO

(modelo reduzido)

1 - Identificação da entidade:

1.1 – Denominação da entidade.

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

NIPC 505 542 331

1.2 - Lugar da sede social.

Rua Fundação Calouste Gulbenkian

5370 – 340 Mirandela

1.3 - Natureza da atividade.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. é uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação de Municípios do Douro Superior.
A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.
A empresa pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica e outras.
Para assegurar a realização do seu objeto, a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei, designadamente em sistemas multimunicipais.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), constante do Aviso n.º 8257/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo

em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior.
Não foram ajustadas quaisquer quantias relativas ao período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os dispêndios de reparação e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mesurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer amortização acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se mensurados pelo seu justo valor, dado pela cotação do fundo respetivo, no caso da titularidade de algumas unidades de participação (Up) no Fundo de Investimento "CXG Obrigações", e pelo modelo do custo, no caso das contribuições de caráter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. A sua detenção tem caráter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendida no decurso normal das operações da entidade.

Inventários

Dadas as particulares circunstâncias que estão na origem da formação/obtenção dos inventários de produtos da entidade, tais inventários são valorizados a partir dos respetivos preços de mercado em vigor no final de cada exercício, tendo, também, em conta a evolução de tais preços no período compreendido entre a data a que se reportam as contas e a data da sua preparação. Portanto, é acautelado o valor de recuperação dos inventários, por via da venda respetiva.

Imparidade de ativos

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas

contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade. Ver o ponto *11.6* deste Anexo.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeito da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" é deduzida de eventuais descobertos bancários, os quais são incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, sendo seriados entre passivo corrente e não corrente, em função da sua maturidade.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a venda ou prestação de serviços.

95

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras de 2019 resulta apenas do imposto corrente. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

O imposto diferido apurado em 2018 resultou de diferenças temporárias dedutíveis, as quais tiveram origem nas provisões para matérias ambientais não aceites fiscalmente, reconhecidas nos anos de 2013 a 2016.

As Declarações fiscais da empresa referentes ao período de 2013 a 2016 já foram revistas pela Autoridade Tributária.

Acrescenta-se que as Declarações fiscais da empresa dos anos de 2017 e 2018 poderão vir a ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tal revisão, resultem correções materiais às demonstrações financeiras apresentadas para estes períodos anuais (as Declarações referentes aos períodos de 2013 a 2016 já foram revistas). Nestas condições, a entidade está sempre sujeita às contingências decorrentes das posições que a AT possa vir a assumir quanto às suas opções com incidência fiscal, com os efeitos que daí decorrem para as suas contas.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro.

* A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2020. Nestas condições, não têm lugar os riscos associados ao pressuposto da continuidade.

* Nesta altura, correm diversos Processos judiciais em que a entidade é Ré, sendo o Autor um antigo fornecedor, dela se reclamando importâncias muito significativas e com muito impacto na sua situação financeira. Face ao posicionamento da entidade nessas Ações e às razões que lhe assistem, não é provável que a mesma venha a ser condenada.
Como quer que seja, foi já encetado um processo negocial com a Autora das referidas Ações destinado a pôr termo às mesmas, sendo certo que os valores pecuniários envolvidos em tal processo negocial e colocados em cima da respetiva mesa encontram-se já refletidos nas Contas. Existe a expectativa que esse processo negocial chegue ao fim com êxito.
De todo o modo, deve dizer-se que a convicção quanto à ausência de condenação em tais Ações e/ou que o referido processo negocial venha a resultar pela positiva é um pressuposto importante assumido nestas contas, pelo que se entende estarmos perante uma mera contingência. Por conseguinte, não foram constituídas Provisões pela globalidade dos valores reclamados nesses Processos com a finalidade de se atender ao risco subjacente à condenação da entidade Ré, muito embora, a este respeito e por uma

96

questão de prudência, tenha sido contabilizada no passivo da empresa, já em anos anteriores, a verba tida por razoável e necessária para atender a um eventual risco de condenação ou para atender às responsabilidades financeiras decorrentes do desfecho de um processo negocial terminado com êxito.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

* Ao tratar apenas como contingências as responsabilidades que para a entidade podem advir em resultado da conclusão dos Processos Judiciais que contra ela correm, com exceção da verba reconhecida no seu Passivo e mencionada na alínea anterior, a entidade reconhece que está a fazer estimativas que envolvem algum grau de risco ou incerteza. No entanto, está convicta de que as suas estimativas são as melhores possíveis nas circunstâncias e corresponderão à realidade do que se vai passar.

* A entidade entende que as todas as estimativas, metodologia e posições que assumiu com incidência contabilística e fiscal no domínio do processo de selagem e monitorização das áreas já utilizadas e em utilização para a deposição dos resíduos em aterro, estão em sintonia com as regras fiscais ínsitas no Código do IRC.
Estão aqui em causa, sobretudo, considerações respeitantes à duração do período de vida útil das células em uso do aterro sanitário e ao *timing* do início do encerramento da exploração das referidas células.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não foi alterada qualquer política contabilística no contexto do período de 2019.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros materiais praticados em períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis		6-40 anos	1-20 anos	4-10 anos	1-8 anos		4 anos
Taxas de depreciação		2,5-16,67%	5-100%	10-25%	12,5-100%		25,00%
Métodos de depreciação		Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis			Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Totais
Em 01012018	Quantias brutas escrituradas		117 924,37	8 259 305,66	14 083 111,06	217 713,70	54 256,20		162 637,00	5 000,00		22 699 948,01
	Depreciações acumuladas			(2 547 383,41)	(5 991 954,96)	(69 143,40)	(54 175,53)		(162 637,00)			(8 825 294,30)
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas		117 924,37	5 711 922,25	8 391 156,12	148 570,30	80,67			5 000,00		14 374 659,71
Movimentos do período 2018	Adições	Aquisições em 1ª mão			6 766,46	192 750,00	1 872,02					201 408,48
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais										
		Outras aquisições			6 540,13							6 540,13
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras										
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso										
		Para ativos não correntes detidos para venda										
		Outras										
	Depreciações	Aumentos de depreciações		(377 412,66)	(877 601,99)	(26 182,63)	(1 952,67)					(1 283 030,05)
		Reversões de depreciações										
		Diminuições por alienações e abates										
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
		Reversões de perdas por imparidade										
Em 31122018 (01012019)	Quantias brutas escrituradas		117 924,37	8 259 305,66	14 096 437,87	410 463,70	56 128,22		162 637,00	5 000,00		23 107 896,82
	Depreciações acumuladas			(2 924 766,27)	(6 569 456,95)	(95 308,03)	(55 128,10)		(162 637,00)			(9 808 324,35)
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas		117 924,37	5 334 609,39	7 526 980,72	315 157,67	0,12			5 000,00		13 299 572,27
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em 1ª mão		445 223,88	972 571,33	59 229,80	293,08				251 895,75	1 729 213,84
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais										
		Outras aquisições										
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras										
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso									(167 572,11)	(1 934 093,64)
		Para ativos não correntes detidos para venda			149 913,02	17 659,09						
		Outras		(377 412,66)	(914 730,74)	(41 656,36)	(293,08)					
	Depreciações	Aumentos de depreciações										
		Reversões de depreciações										
		Diminuições por alienações e abates										
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
		Reversões de perdas por imparidade										
Em 31122019	Quantias brutas escrituradas		117 924,37	8 705 529,54	15 218 922,02	486 352,59	56 421,30		162 637,00	5 000,00	84 323,64	24 637 110,46
	Depreciações acumuladas			(3 302 209,13)	(7 484 187,69)	(136 962,39)	(56 421,18)		(162 637,00)			(11 142 417,39)
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas		117 924,37	5 403 320,41	7 734 734,33	349 390,20	0,12			5 000,00	84 323,64	13 694 693,07

5 - Ativos intangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Goodwill	Projetos de desenvolvimento		Programas de computador		Propriedade industrial		Outros ativos intangíveis	
			Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros
Indefinidas	Razões e fatores justificativos									
Finitas	Vidas úteis					3 anos		5 anos		3 anos
	Taxas de amortização					33,33%		20,00%		33,33%
	Métodos de amortização					Linha reta		Linha reta		Linha reta
	Período de amortização restante					-		4 anos		3 anos

A entidade tem escriturada a quantia de 18.968,92 € relativa a ativos intangíveis em curso, desde 2017. Este montante está relacionado com taxas pagas no âmbito do

processo em curso de licenciamento do Parque Ambiental situado em Urjais, com vista à obtenção do Título Único Ambiental, pelo que não é ainda devida qualquer amortização no período de 2019. Trata-se de um ativo intangível que terá vida útil indefinida pelo facto de esta licença vir a permitir a utilização do aterro sem qualquer restrição, no que ao horizonte temporal diz respeito, nem necessidade de emissão de nova licença ou renovação da que vier a ser emitida pelo organismo competente (Agência Portuguesa do Ambiente).

Além daquele montante, a entidade reconheceu ainda, em 2018, 27.304,70 € em ativos intangíveis em curso, os quais eram relativos ao processo de renovação das licenças dos ecocentros e estações de transferência, processo esse que ficou concluído em 2019 e permitiu a transferência daquele montante para ativos intangíveis.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil indefinida			*Goodwill*	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso			Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Totais
								Gerados internamente	Outros	Total		
Em 01/01/2018	Quantias brutas escrituradas								18 968,92	18 968,92		18 968,92
	Amortizações acumuladas											
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas								18 968,92	18 968,92		18 968,92
Movimentos do período 2018	Adições	Aquisições em 1ª mão										
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais										
		Outras aquisições										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras							18 968,92	18 968,92		18 968,92
Em 31/12/2018 (01/01/2019)	Quantias brutas escrituradas											
	Amortizações acumuladas											
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas								18 968,92	18 968,92		18 968,92
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em 1ª mão										
		Aquisições através de concentrações de actividades empresariais										
		Outras aquisições										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras							18 968,92	18 968,92		18 968,92
Em 31/12/2019	Quantias brutas escrituradas											
	Amortizações acumuladas											
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas								18 968,92	18 968,92		18 968,92

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita			Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador			Propriedade industrial			Outros ativos intangíveis			Ativos intangíveis em curso			Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Totais
					Gerados internamente	Outros	Total	Gerados internamente	Outros	Total	Gerados internamente	Outros	Total	Gerados internamente	Outros	Total		
Em 01/01/2018	Quantias brutas escrituradas					5 650,06	5 650,06		82 205,56	82 205,56								68 055,62
	Amortizações acumuladas					(5 686,55)	(5 686,55)		(73 467,14)	(73 467,14)								(79 153,69)
	Perdas por imparidade acumuladas																	
	Quantias líquidas escrituradas					163,51	163,51		8 738,42	8 738,42								8 901,93
Movimentos do período 2018	Adições	Aquisições em 1ª mão													27 304,70	27 304,70		27 304,70
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais																
		Outras aquisições																
		Trabalhos para a própria entidade																
		Outras																
	Transferências	De ativos intangíveis em curso																
		De/para ativos não correntes detidos para venda																
		Outras				(163,51)	(163,51)		(8 309,80)	(8 309,80)								(8 473,31)
	Amortizações	Aumentos de amortizações																
		Reversões de amortizações																
		Diminuições por alienações e abates																
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade																
		Reversões de perdas por imparidade																
Em 31/12/2018 (01/01/2019)	Quantias brutas escrituradas					5 650,06	5 650,06		82 205,56	82 205,56					27 304,70	27 304,70		115 360,32
	Amortizações acumuladas					(5 650,06)	(5 650,06)		(81 776,94)	(81 776,94)								(87 627,00)
	Perdas por imparidade acumuladas																	
	Quantias líquidas escrituradas								428,62	428,62					27 304,70	27 304,70		27 733,32
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em 1ª mão							20 093,87	20 093,87		49 601,00	49 601,00					69 694,87
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais																
		Outras aquisições																
		Trabalhos para a própria entidade																
		Outras							27 304,70	27 304,70					(27 304,70)	(27 304,70)		
	Transferências	De ativos intangíveis em curso																
		De/para ativos não correntes detidos para venda																
		Outras							(9 908,33)	(9 908,33)								(9 908,33)
	Amortizações	Aumentos de amortizações																
		Reversões de amortizações																
		Diminuições por alienações e abates																
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade																
		Reversões de perdas por imparidade																
Em 31/12/2019	Quantias brutas escrituradas					5 650,06	5 650,06		129 604,13	129 604,13		49 601,00	49 601,00					186 055,15
	Amortizações acumuladas					(5 650,06)	(5 650,06)		(91 685,27)	(91 685,27)								(97 535,33)
	Perdas por imparidade acumuladas																	
	Quantias líquidas escrituradas								37 918,86	37 918,86		49 601,00	49 601,00					87 519,86

6 - Custos de empréstimos obtidos:

Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

O empréstimo obtido não está relacionado com Ativos qualificáveis. Nestas condições, os custos decorrentes de tal empréstimo são, de imediato, reconhecidos como gastos do período.

7 - Inventários:

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Regra geral	Custo				✓	
		Valor realizável líquido					
	Corretores e negociantes	Justo valor menos os custos de vender					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra					
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais					
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição					
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes					
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não respeitam à produção					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
		Dedução de gastos de juros associados às aquisições com condições de liquidação diferida					
Técnicas de mensuração do custo	Tratamento específico pelos respetivos custos de compra (aquisição) ou de conversão (produção) individuais					✓	
	Custos padrão regularmente revistos						
	Dedução do valor de venda na percentagem da margem bruta (método de retalho)						
	Justo valor dos produtos colhidos dos ativos biológicos da entidade, deduzidos dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita						
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos					✓	
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado						
Sistema de inventário	Inventário intermitente					✓	
	Inventário permanente						

A entidade possui um sistema de controlo que lhe permite conhecer em permanência as quantidades de inventários em armazém. A valorização dessas quantidades é feita a partir do valor de realização das mesmas à data, em virtude de não ser possível conhecer o custo da sua obtenção.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários			Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção				Totais
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31/12/2019	Inventários armazenados na empresa						121 333,71		121 333,71	121 333,71
	Inventários que se encontram fora da empresa	Em trânsito								
		Em poder de terceiros								
		Totais								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado									
	Perdas por imparidade									
	Totais						121 333,71		121 333,71	121 333,71
31/12/2018	Inventários armazenados na empresa						150 759,56		150 759,56	150 759,56
	Inventários que se encontram fora da empresa	Em trânsito								
		Em poder de terceiros								
		Totais								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado									
	Perdas por imparidade									
	Totais						150 759,56		150 759,56	150 759,56

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses.

8 - Rendimentos e gastos:

8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito.

O rédito ligado à venda de subprodutos é reconhecido no momento em que o cliente assume a posse dos mesmos, coincidindo essa tomada de posse, regra geral, com a data de emissão da fatura.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua perceção, conforme as situações em concreto.

8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Os gastos de natureza excecional são os seguintes:

- Perdas por imparidade em créditos sobre dois clientes no valor total de 26.492,92 €, as quais resultam do diferendo existente entre estes clientes e a RN, diferendo esse ainda

não em contencioso, a respeito dos montantes inscritos em várias faturas emitidas nos últimos meses de 2019;

- A compensação de gastos incorridos por um fornecedor, decorrente de um pedido de libertação de garantia, pelo montante de 29.190,41 €, decretada pelo Tribunal no último trimestre do ano de 2019, estando a rubrica "Outros gastos" afetada pelo registo desta verba.

Não foram reconhecidos rendimentos com dimensão ou incidência excecional.

9 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

9.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

(valores expressos em euros)

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2018				146 008,17		1 773 035,71				1 919 043,88
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas			(146 008,17)						(146 008,17)
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2018 (01.01.2019)						1 773 035,71				1 773 035,71
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores									
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2019						1 773 035,71				1 773 035,71

9.2 - Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço

A entidade defronta-se com alguns Processos Judiciais interpostos por dois fornecedores, cujo desfecho é uma contingência.
É convicção da entidade que não irá suportar quaisquer encargos resultantes de tais Processos, considerando as razões que lhe assistem. Por este facto, não foram constituídas Provisões para os Processos Judiciais em curso aqui em apreço, assumindo-se apenas como contingências de natureza passiva.
Como quer que seja, estão aqui em causa reivindicações que ascendem a 1.986.950,88 €, quase todas relacionadas com a exigência do pagamento de indemnização pelo incumprimento de contrato e de juros pelo atraso no pagamento de faturas - juros de mora – e, acessoriamente, com o pagamento de faturas relativas a "serviços prestados".

Tal como mencionado na alínea *c)* do ponto *3.1*, a este respeito e por uma questão de prudência, o passivo da entidade reflete a verba tida por razoável para atender ao risco de uma eventual condenação, a qual, para já, não se descortina, e/ou para atender a um desfecho positivo do processo negocial em curso destinado a pôr fim aos diferendos, sendo certo que tal verba é claramente inferior ao valor total reclamado e acima mencionado.

9.3 - Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

Nesta data nada há a relatar com segurança, a propósito de ativos contingentes.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos no capital próprio.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial 2018	Débitos	Créditos	Saldo final 2018 (Saldo inicial 2019)	Débitos	Créditos	Saldo final 2019
Outras variações no capital próprio	10 174 136,09	(1 171 081,25)	384 359,14	9 387 413,98	(1 491 398,73)	1 720 749,00	9 616 764,25
Subsídios	10 174 136,09	(1 171 081,25)	384 359,14	9 387 413,98	(1 491 398,73)	1 720 749,00	9 616 764,25
Doações							
Outras							

As diminuições (débitos) registados durante os períodos de 2018 e 2019 correspondem:

- À imputação dos subsídios recebidos a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados (1.140.669,36 € em 2018 e 1.182.175,29 € em 2019);

- Aos ajustamentos em subsídios relacionados com o imposto sobre o rendimento (IRC) que será devido em períodos futuros decorrente do reconhecimento de novos subsídios (30.411,89 € em 2018 e 309.223,44 € em 2019).

Por sua vez, os aumentos (créditos) verificados nos dois períodos decorrem:

- Do reconhecimento de novos subsídios ao investimento (144.818,58 € em 2018 e 1.472.492,26 € em 2019);

- Do ajustamento do valor do imposto sobre o rendimento a pagar em exercícios futuros associado ao valor deste tipo de subsídios ainda não transferido para rendimentos (239.540,56 € em 2018 e 248.256,74 € em 2019).

11 - Instrumentos financeiros:

11.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e

- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado; e

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração dos resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros.

(valores expressos em euros)

Bases de determinação do justo valor dos ativos financeiros e dos passivos financeiros mensurados ao justo valor			31.12.2019			31.12.2018		
			Bases de mensuração		Quantias escrituradas	Bases de mensuração		Quantias escrituradas
			Cotações de mercado	Técnicas de avaliação		Cotações de mercado	Técnicas de avaliação	
Ativos financeiros	Ativos financeiros detidos para negociação	...						
		Subtotais						
	Outros ativos financeiros	Fundos - CXG Rend.	4,48		231 889,15	4,40		227 704,21
		...						
		Subtotais			231 889,15			227 704,21
	Totais				231 889,15			227 704,21
Passivos financeiros	Passivos financeiros detidos para negociação	...						
		Subtotais						
	Outros passivos financeiros	...						
		Subtotais						
	Totais							

As alterações no justo valor dos ativos financeiros foram reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados, tendo o valor ascendido, em 2019, a 4.184,94 €, positivo e, em 2018, a 4.319,44 €, negativo.

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Capital subscrito	50 000,00			50 000,00
Ações (quotas) próprias				
Valor nominal				
Descontos e prémios				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	3 941 387,20		386 683,68	4 328 070,88
Reservas legais	52 230,87			52 230,87
Outras reservas	3 889 156,33		386 683,68	4 275 840,01
Resultados transitados				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros excedentes				
Outras variações no capital próprio	9 387 413,98	(1 491 398,73)	1 720 749,00	9 616 764,25
Subsídios	9 387 413,98	(1 491 398,73)	1 720 749,00	9 616 764,25
Doações				
Outras				

107

11.4 – Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

A entidade tem prestadas as seguintes garantias:

- Depósito bancário a prazo não mobilizável, cujo montante ascende, em 31/12/2019, a 84.292,52 €, como caução da garantia bancária prestada, associada à provisão de caráter ambiental;

- Consignação de receitas provenientes da venda de energia, mais concretamente de biogás, no caso de incumprimento associado ao único financiamento bancário em aberto (financiamento contraído junto do BEI).

11.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos;

(valores expressos em euros)

Passivos financeiros com duração residual superior a 5 anos	31.12.2019				31.12.2018			
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
Financiamentos obtidos	104 787,87	461 655,21	192 171,45	758 614,53	100 853,57	444 322,20	314 292,33	859 468,10
Outros passivos correntes / Outras dívidas a pagar	646 844,79	997 479,11	1 377 981,47	3 022 305,37	681 500,93	925 334,42	1 334 042,84	2 940 878,19
Totais	1 946 436,11	1 459 134,32	1 570 152,92	4 975 723,35	2 160 077,39	1 369 656,62	1 648 335,17	5 178 069,18

A entidade tem apenas contraído e em aberto um financiamento bancário, com prazo de amortização até abril de 2026.

No que se refere aos "Outros passivos correntes / Outras dívidas a pagar", o valor a pagar a longo prazo refere-se, não só ao imposto sobre o rendimento associado ao valor dos subsídios ao investimento ainda não transferido para rendimentos, mas também a algumas retenções relacionadas com garantias prestadas por fornecedores, as quais ascendem, em 31/12/2019, a 72.106,22 €, num prazo superior a um ano, e a 60.283,97 €, num prazo superior a cinco anos.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

A este respeito, ver o mencionado no anterior ponto *11.4.*

11.6 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os únicos ajustamentos de valor reconhecidos nos períodos de 2019 e 2018 para instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor são as perdas por imparidade reconhecidas sobre créditos detidos sobre clientes, pelo valor total de 26.492,92 € e 362.823,42 €, respetivamente.

11.7 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) Dívidas a instituições de crédito;

b) Dívidas por compras ou prestações de serviços;

c) Outras dívidas.

As dívidas da entidade com duração residual superior a um ano são as constantes no quadro apresentado na alínea *a)* do ponto *11.5*, decorrentes do financiamento bancário, do IRC associado ao valor dos subsídios ao investimento ainda não transferido para rendimentos e das retenções efetuadas a fornecedores. Neste último caso, existe uma retenção sobre um fornecedor decorrente da prestação de serviços, pelo valor de 11.822,25 €, e duas retenções sobre dois fornecedores de investimentos decorrentes de empreitadas, pelo valor total de 60.283,97 €.

12 – Benefícios dos empregados:

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras:

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	Período 2019	Período 2018	Período 2017
Número de trabalhadores no final do período	11	11	9
Número médio de trabalhadores ao longo do período	11	10	11

13 - Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração dos resultados nem no balanço.

A entidade tem perfeita noção do significado bem como dos efeitos nefastos que a doença conhecida por COVID 19 está a provocar na economia nacional, europeia e mundial, sabendo que esses mesmos efeitos se irão prolongar por muito mais tempo. Porém, apesar da magnitude, dimensão e duração expectável desses efeitos sobre a economia nacional, não é provável que os mesmos tenham impacto visível no nível de atividade da empresa, nos seus fluxos de caixa, nem no relacionamento com os seus parceiros de negócio. Deste modo, nada há a projetar nas contas da entidade a este respeito, do ponto de vista quantitativo, nem nada mais deve ser assinalado a título de divulgação.

14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

14.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2019			Período 2018		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	5 000,00		5 000,00	5 000,00		5 000,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	5 000,00		5 000,00	5 000,00		5 000,00

14.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

À data de 31/12/2019 não existem quaisquer dívidas à AT, Segurança Social e/ou trabalhadores em situação de mora.

15 – Outras divulgações:

15.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada.

O capital da entidade é detido pelos Municípios que compõem as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e pela Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS).

No exercício da sua atividade corrente/normal, a Resíduos do Nordeste presta serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos aos municípios que integram aquelas Associações de Municípios, os quais representam boa parte de tal atividade.

(valores expressos em euros)

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade			NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes	Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
					Valor	Percentagem		
Período 2019	Participantes diretas	Município de Alfândega da Fé	506647498	Portugal	1 810,00	3,62%	3,62%	2017
		Município de Bragança	506215547	Portugal	11 560,00	23,12%	23,12%	2017
		Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	Portugal	2 261,00	4,52%	4,52%	2017
		Município de Macedo de Cavaleiros	506697339	Portugal	5 595,00	11,19%	11,19%	2017
		Município de Miranda do Douro	506806898	Portugal	2 447,00	4,89%	4,89%	2017
		Município de Mirandela	506881784	Portugal	8 459,00	16,92%	16,92%	2017
		Município de Vila Flor	506696464	Portugal	2 375,00	4,75%	4,75%	2017
		Município de Vimioso	506627888	Portugal	1 527,00	3,05%	3,05%	2017
		Município de Vinhais	501156003	Portugal	2 966,00	5,93%	5,93%	2017
		Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	Portugal	11 000,00	22,00%	22,00%	2017
		Totais			50 000,00	100,00%	100,00%	
	Participantes indiretas	...						
		Totais						
Período 2018	Participantes diretas	Município de Alfândega da Fé	506647498	Portugal	1 810,00	3,62%	3,62%	2017
		Município de Bragança	506215547	Portugal	11 560,00	23,12%	23,12%	2017
		Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	Portugal	2 261,00	4,52%	4,52%	2017
		Município de Macedo de Cavaleiros	506697339	Portugal	5 595,00	11,19%	11,19%	2017
		Município de Miranda do Douro	506806898	Portugal	2 447,00	4,89%	4,89%	2017
		Município de Mirandela	506881784	Portugal	8 459,00	16,92%	16,92%	2017
		Município de Vila Flor	506696464	Portugal	2 375,00	4,75%	4,75%	2017
		Município de Vimioso	506627888	Portugal	1 527,00	3,05%	3,05%	2017
		Município de Vinhais	501156003	Portugal	2 966,00	5,93%	5,93%	2017
		Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	Portugal	11 000,00	22,00%	22,00%	2017
		Totais			50 000,00	100,00%	100,00%	
	Participantes indiretas	...						
		Totais						

No ano de 2019, a Resíduos do Nordeste prestou serviços à Associação de Municípios e aos Municípios acima referidos, totalmente faturados nesse ano, no valor de 6.591.435,91 € (IVA incluído à taxa de 6%). Já em 2018, tal valor tinha ascendido a 6.516.861,40 € (IVA incluído à taxa de 6%).

Para além da faturação associada às prestações de serviços, a Resíduos do Nordeste debitou juros àquelas entidades pela mora no pagamento dos seus débitos, em conformidade com o deliberado pelo seu Conselho de Administração e Assembleia Geral. Em 2019, o valor global desse débito ascendeu a 17.432,98 €, enquanto em 2018 foi de 6.452,51 €;

No final de 2019, o valor total do crédito da Resíduos do Nordeste sobre aquela Associação de Municípios, Municípios, bem como sobre a AMTQT ascendia a 1.829.249,16 €, o qual se relaciona com as prestações de serviços e juros debitados. Já em 2018, o valor do crédito era de 1.801.952,11 €.

Os saldos em aberto correspondentes à AMTQT respeitam aos períodos em que a faturação inerente às prestações de serviços lhe era dirigida diretamente, em vez de o ser aos Municípios que a integram.

Sobre o valor dos créditos detidos pela Resíduos do Nordeste correspondente às partes relacionadas não foi reconhecida qualquer perda por imparidade, na medida em que se considera não estar presente qualquer risco de cobrabilidade.

15.2 - Matérias ambientais:

a) Informações pormenorizadas sobre as provisões de caráter ambiental; e

b) Passivos de caráter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço.

As provisões de caráter ambiental reconhecidas no balanço da entidade respeitam aos dispêndios que se estima venham a ser efetuados com a selagem e monitorização do aterro sanitário.

A estimativa efetuada tem por base a área a selar, bem como a vida útil das diferentes células a selar, a qual se relaciona com o ritmo de deposição de RU. A este respeito, foi, em tempo oportuno, efetuado o estudo prospetivo referente à selagem a realizar no futuro, com base no qual é feita, ano a ano, a Provisão respetiva. Na medida em que os custos estimados já foram integralmente provisionados até ao período de 2016, entre 2017 e 2019 não se procedeu ao registo de nova provisão.

Os passivos de caráter ambiental reconhecidos no balanço são os constantes do quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Passivos de caráter ambiental		31.12.2019	31.12.2018
Passivos não correntes	Provisões	1 773 035,71	1 773 035,71
	...		
	Subtotais	1 773 035,71	1 773 035,71
Passivos correntes	...		
	Subtotais		
Totais		1 773 035,71	1 773 035,71

Tal como já mencionado no ponto *3.1*, de referir que há provisões que não foram fiscalmente aceites pela AT, no montante global de 600.000 €, o que deu origem ao reconhecimento, em 2018, de ativos por impostos diferidos de 126.000 €.

15.3 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Informação relativa a ativos e passivos financeiros.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros			Período 2019						Período 2018					
			31.12.2019						31.12.2018					
			Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros			Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros			Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias escrituradas no reconhecimento inicial
			Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo				Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo			
Ativos financeiros	Clientes	Conta corrente			2 122 578,81		2 122 578,81	2 122 578,81			2 232 803,47		2 232 803,47	2 232 803,47
		Cobrança duvidosa			465 704,75	(465 704,75)		465 704,75			439 211,83	(439 211,83)		439 211,83
		Subtotais			2 588 283,56	(465 704,75)	2 122 578,81	2 588 283,56			2 672 015,30	(439 211,83)	2 232 803,47	2 672 015,30
	Outros créditos a receber	Outros devedores			307 094,72		307 094,72	307 094,72			169 439,48		169 439,48	169 439,48
		Débitos de fornec.			291,05		291,05	291,05			179,45		179,45	179,45
		Subtotais			307 385,77		307 385,77	307 385,77			169 618,93		169 618,93	169 618,93
	Outros ativos correntes	Invest. Financeiros	231 889,15		802,22		232 691,37	255 307,68	227 704,21		438,50		228 142,71	267 943,96
		Subtotais	231 889,15		802,22		232 691,37	255 307,68	227 704,21		438,50		228 142,71	267 943,96
	Caixa e depósitos bancários	Caixa			232,43		232,43	232,43			491,00		491,00	491,00
		Depósitos à ordem			2 344 208,11		2 344 208,11	2 344 208,11			2 332 474,34		2 332 474,34	2 332 474,34
		Outros depósitos bancários			2 184 292,52		2 184 292,52	2 184 292,52			2 369 062,04		2 369 062,04	2 369 062,04
		Subtotais			4 528 733,06		4 528 733,06	4 528 733,06			4 702 027,38		4 702 027,38	4 702 027,38
		Total	231 889,15		7 425 204,61	(465 704,75)	7 191 389,01	7 692 710,07	227 704,21		7 544 100,11	(439 211,83)	7 332 592,49	7 811 605,57
Passivos financeiros	Fornecedores	Conta corrente			1 193 557,30		1 193 557,30	1 193 557,30			1 371 801,74		1 371 801,74	1 371 801,74
		Conta retenções			1 246,15		1 246,15	1 246,15			5 921,15		5 921,15	5 921,15
		Subtotais			1 194 803,45		1 194 803,45	1 194 803,45			1 377 722,89		1 377 722,89	1 377 722,89
	Financiamentos obtidos	Empréstimos bancários			758 614,53		758 614,53	758 614,53			859 468,10		859 468,10	859 468,10
		Subtotais			758 614,53		758 614,53	758 614,53			859 468,10		859 468,10	859 468,10
	Outras dívidas a pagar	Retenções - fornecedores			11 822,25		11 822,25	11 822,25						
		Retenções - fornec. investimentos			60 283,97		60 283,97	60 283,97						
		Subtotais			72 106,22		72 106,22	72 106,22						
	Outros passivos correntes	Fornec. investimentos - c/ corrente			280 835,58		280 835,58	280 835,58			206 025,00		206 025,00	206 025,00
		Fornec. investimentos - c/ retenções			1 071,65		1 071,65	1 071,65			1 071,65		1 071,65	1 071,65
		Débitos a clientes			5 175,29		5 175,29	5 175,29						
		Subtotais			287 082,52		287 082,52	287 082,52			207 096,65		207 096,65	207 096,65
		Total			2 312 606,72		2 312 606,72	2 312 606,72			2 444 287,64		2 444 287,64	2 444 287,64

b) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos.

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2019	Período 2018
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	...		
		Totais		
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	45 730,96	42 983,86
		Juros a liquidar	4 885,07	5 534,52
		Exploração ETAL	16 208,26	16 208,26
		Condomínio	4 361,04	4 935,18
		Eletricidade	2 704,04	2 611,76
		Subcontratos	32 872,05	107 356,79
		Consultoria jurídica		3 086,02
		Outros trabalhos especializados		9 500,00
		Indemnização a fornecedor		44 240,40
		Outros acréscimos de gastos		1 936,22
		Totais	106 761,42	238 393,03
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	10 759,23	8 945,75
		Outros gastos a reconhecer	1 078,88	1 078,85
		Totais	11 838,11	10 024,60
	Rendimentos a reconhecer	Imputação gastos pavimentação Aterro	8 195,00	
		Totais	8 195,00	

c) Detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos".

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2019			31.12.2018		
		Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	Pagamentos por conta	66 819,00		66 819,00	61 326,00		61 326,00
	Pagamentos especiais por conta						
	Pagamentos adicionais por conta						
	Retenções na fonte de terceiros	263,26		263,26	263,26		263,26
	Imposto estimado		(105 765,36)	(105 765,36)		(73 211,86)	(73 211,86)
	Outras componentes						
	Totais	67 082,26	(105 765,36)	(38 683,10)	61 589,26	(73 211,86)	(11 622,60)
Retenção de impostos sobre rendimentos			(5 289,70)	(5 289,70)		(4 838,46)	(4 838,46)
Imposto sobre o valor acrescentado		310 411,75		310 411,75	132 193,66		132 193,66
Outros impostos			(391 504,20)	(391 504,20)		(357 769,35)	(357 769,35)
Contribuições para a Segurança Social			(6 448,46)	(6 448,46)		(7 024,66)	(7 024,66)
Tributos das autarquias locais							
Outras tributações							
Totais		377 494,01	(509 007,72)	(131 513,71)	193 782,92	(442 844,33)	(249 061,41)

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários".

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos		Período 2019				Período 2018			
		Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
			Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	Numerário	491,00	12 925,27	(13 183,84)	232,43	554,62	11 721,05	(11 784,67)	491,00
	...								
	Subtotais	491,00	12 925,27	(13 183,84)	232,43	554,62	11 721,05	(11 784,67)	491,00
Depósitos à ordem	D.O.	2 332 474,34	9 886 117,01	(9 874 383,24)	2 344 208,11	1 541 871,75	8 874 296,17	(8 083 693,58)	2 332 474,34
	...								
	Subtotais	2 332 474,34	9 886 117,01	(9 874 383,24)	2 344 208,11	1 541 871,75	8 874 296,17	(8 083 693,58)	2 332 474,34
Outros depósitos bancários	Dep. Prazo	2 369 062,04		(184 769,52)	2 184 292,52	2 231 968,70	137 093,34		2 369 062,04
	...								
	Subtotais	2 369 062,04		(184 769,52)	2 184 292,52	2 231 968,70	137 093,34		2 369 062,04
Outros equivalentes de caixa	...								
	Subtotais								
Totais		4 702 027,38	9 899 042,28	(10 072 336,60)	4 528 733,06	3 774 395,07	9 023 110,56	(8 095 478,25)	4 702 027,38
Outras informações	Depósitos bancários no exterior								
	Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	269 062,04		(184 769,52)	84 292,52	131 968,70	137 093,34		269 062,04
	Recebimentos provenientes de: Indemnizações de seguros não vida								
	Recebimentos provenientes de: Subsídios à exploração		68 530,38				71 586,90		

Como já assinalado no ponto *11.4*, as quantias não disponíveis para uso respeitam a aplicações bancárias a prazo tituladas pela entidade, as quais se encontram a caucionar garantias bancárias prestadas, associadas às provisões de caráter ambiental.

e) Informação por atividades económicas.

Quase todas as operações realizadas pela entidade foram-no no âmbito da sua atividade económica principal, isto é, da gestão de resíduos urbanos (CAE 38212-R3).

Muito complementarmente, foram obtidas receitas decorrentes da venda de energia.

f) Informação por mercados geográficos.

Todas as operações realizadas pela entidade foram-no no mercado nacional.

g) Detalhe do rédito.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2019			Período 2018		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	764 041,68	10,54%	210,60%	245 967,82	3,37%	(42,81%)
Prestação de serviços	6 486 834,94	89,45%	(8,05%)	7 054 679,98	96,62%	(0,17%)
Juros	1 053,04	0,01%		1 053,04	0,01%	(36,76%)
Royalties						
Dividendos						
Totais	7 251 929,66	100,00%	(0,68%)	7 301 720,84	100,00%	(2,62%)

h) Quantia de inventários reconhecida como um gasto (rendimento) durante o período.

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção				Período 2019				Período 2018			
				Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais
Demonstração das variações nos inventários da produção	Inventários no começo do período		-		150 759,56		150 759,56		99 412,26		99 412,26
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-								
		Perdas em sinistros	+								
		Perdas por quebras	+								
		Outras perdas	+								
		Ofertas e amostras	+								
		Ganhos em sinistros	-								
		Ganhos por sobras	-								
		Outros ganhos	-								
		Subtotais	=	+							
	Inventários no fim do período			+	121 333,71		121 333,71		150 759,56		150 759,56
	Variações nos inventários da produção			=	(29 425,85)		(29 425,85)		51 347,30		51 347,30
Perdas em inventários				+							
Ofertas e amostras de inventários				+							
Perdas por imparidade				+							
Totais				=	(29 425,85)		(29 425,85)		51 347,30		51 347,30

i) Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2019	Período 2018
Subcontratos		5 824 325,30	5 698 601,93
Serviços especializados	Trabalhos especializados	49 721,69	80 047,93
	Publicidade e propaganda	59 154,21	114 677,58
	Vigilância e segurança		
	Honorários	108,39	726,65
	Comissões		
	Conservação e reparação	63 576,27	72 244,58
	Serviços bancários	1 664,52	2 432,55
	Outros		
	Totais	174 225,08	270 129,29
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	17 963,03	18 157,26
	Livros e documentação técnica	584,44	804,38
	Material de escritório	1 214,96	828,51
	Artigos para oferta		
	Outros	845,81	461,19
	Totais	20 608,24	20 251,34
Energia e fluidos	Eletricidade	29 007,61	29 401,95
	Combustíveis	98 903,14	94 224,71
	Água	971,54	888,58
	Outros	1 951,15	2 222,82
	Totais	130 833,44	126 738,06
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	18 843,63	18 934,35
	Transportes de pessoal		
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
	Totais	18 843,63	18 934,35
Serviços diversos	Rendas e alugueres	7 961,04	8 535,18
	Comunicação	5 135,80	5 628,85
	Seguros	24 605,62	18 456,87
	Royalties		
	Contencioso e notariado	25,00	680,40
	Despesas de representação	1 863,54	1 972,73
	Limpeza, higiene e conforto	7 173,89	6 889,51
	Outros serviços	3 790,52	2 948,77
	Totais	50 555,41	45 112,31
Totais		6 219 391,10	6 179 767,28

j) Desdobramento da rubrica "Gastos com o pessoal".

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2019	Período 2018
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	263 740,70	241 963,19
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	59 679,06	54 888,47
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 298,02	4 991,72
Gastos de ação social		
Outros gastos com o pessoal	12 621,69	18 804,63
Totais	341 339,47	320 648,01

k) Desdobramento das rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos".

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2019	Período 2018	Outros gastos		Período 2019	Período 2018
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos diretos		151 149,01
	Aluguer de equipamento				Impostos indiretos	4 384,49	4 606,73
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	884,06	6 983,74
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares	8 319,87	9 541,50		...		
	Totais	8 319,87	9 541,50		Totais	5 268,55	162 939,48
Rendimentos em investimentos não financeiros	Alienações			Gastos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros				Sinistros		
	...				Abates		
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento				Gastos em propriedades		
	Outros rendimentos	0,60			Outras gastos		
	Totais	0,60			Totais		
Outros rendimentos	Correções relativas a períodos anteriores	13 280,40		Outros gastos	Correções relativas a períodos anteriores		
	Imputação de subsídios para investimentos	1 182 175,29	1 140 669,38		Donativos	2 387,90	2 079,80
	...				Quotizações	21 210,00	13 110,00
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados	17 432,98	6 452,51		Outros não especificados	29 190,41	44 241,44
	Totais	1 212 688,67	1 147 121,87		Totais	52 788,31	59 431,24
Totais		1 221 209,14	1 156 663,37	Totais		58 056,86	222 370,72

l) Detalhe da rubrica Subsídios à exploração.

Os subsídios à exploração reconhecidos pela entidade em 2019 e 2018 ascenderam a 47.181,77 € e 94.991,87 €, respetivamente. Os montantes já recebidos e a receber relativos a cada projeto, com referência a 31/12/2019, são os constantes do quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo			Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios à exploração	POSEUR-03-1911-FC-000107	Educar para uma Economia Circular nos Resíduos Urbanos	AD&C	Comparticipação monetária direta	97 936,45	5 089,16	103 025,61
		POSEUR-03-1911-FC-000128	Campanha de Educação e Sensibilização com vista à Valorização de Resíduos Urbanos	AD&C	Comparticipação monetária direta	21 848,40	1 800,30	23 648,70
		POCTEP-0119-VALORCOMP_2_P	Valorização de composto e de outros resíduos procedentes da fração orgânica de resíduos sólidos urbanos	FEDER	Comparticipação monetária direta	11 959,04	-	11 959,04
		129/CEI/18	Contrato Emprego Inserção	IEFP	Comparticipação monetária direta	520,89	-	520,89
		Totais				132 264,78	6 889,46	139 154,24

Mirandela, 21 de maio de 2020

O Contabilista Certificado nº 63736

O Conselho de Administração

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO FISCAL ÚNICO

António Fernando Ledo de Matos
Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479
Contribuinte nº 144 315 157

Exercício de 2019

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Srs. Acionistas da,
Resíduos do Nordeste, EIM, SA

O presente relatório é emitido nos termos da alínea j) do número 6 do Artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, visando apresentar o resultado da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2019.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelos Estatutos da entidade, pela disposição acima referida e pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comercias, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

a) À fiscalização da administração da sociedade;
b) À vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade;
c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística;
f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 21 de maio de 2020.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

António Fernando Ledo de Matos
Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479
Contribuinte nº 144 315 157

a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
b) a contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2019 apresentados pelo Conselho de Administração;
b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
c) Nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, seja feita uma apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Mirandela, 21 de maio de 2020

António Fernando Ledo de Matos – ROC nº 855

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

122

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resíduos do Nordeste, EIM, SA, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 21.562.154,43 € e um total de Capital Próprio de 14.363.274,91 €, incluindo um Resultado Líquido de 368.439,78 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resíduos do Nordeste, EIM, SA em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

123

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

124

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas
Economista
Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Mirandela, 21 de maio de 2020

António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855

Av. D. Dinis, 25 - 2º; 5000 – 600 VILA REAL * fl.auditoria@gmail.com * Telef: 259 32 29 29 * Fax 259 32 29 29

125

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

ATA DE APROVAÇÃO

126

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A., REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2020.....

No dia 21, do mês de maio, do ano de dois mil e vinte, pelas 14 horas e trinta minutos, na sede da Resíduos do Nordeste, em Mirandela, realizou-se a reunião n.º 2/2020 do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A., com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 505 542 331, e sede social sita na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em Mirandela, estando presentes o Presidente do Conselho de Administração, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e os Vogais Fernando Francisco Teixeira de Barros e Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães. Estive ainda presente o Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., Paulo José Gomes Monteiro Praça. .....

A reunião foi convocada pelo Ofício n.º 189, de 18.05.2020. .....

Iniciada a reunião à hora prevista, foi lida a Ordem de Trabalhos, aprovada por unanimidade:

Ponto único: Apreciação e deliberação do Relatório e Contas 2019.....

Passou-se de seguida à discussão da Ordem de Trabalhos: .....

APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2019: .....

O Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas 2019, da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. .....

E não havendo mais nada a tratar, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, a qual vai ser assinada nos termos legais pelos membros presentes e pelo Diretor-Geral. .....

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,

(Fernando Francisco Teixeira de Barros)

(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

O Diretor Geral,

(Paulo José Gomes Monteiro Praça)

DECLARAÇÃO n.º 22/2020

Dr. PAULO JOSÉ GOMES MONTEIRO PRAÇA, Diretor Geral da Resíduos do Nordeste, EIM com sede em Mirandela, declara, para os devidos efeitos, que na Ata n.º 02.20 da Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., realizada em 29.05.2020, consta a seguinte deliberação: .....

"APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE RELATÓRIO E CONTAS DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A. REPORTADO AO EXERCÍCIO DE 2019".....

Submetido o assunto a votação a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. reportado ao exercício de 2019.....

Por ser verdade mandei passar a presente declaração que vou assinar.....

Mirandela, 15 de junho de 2020.

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Paulo José Gomes Monteiro Praça
Dados: 2020.06.15 12:21:12 +01'00'

Resíduos do Nordeste

www.residuosdonordeste.pt

RELATÓRIO E CONTAS 2019

Sócio fundador:

ESGRA
Associação para a Gestão de Resíduos

129

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/ RELATÓRIO AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo **Município de Vimioso** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 35.626.417,60 euros e um total de fundos próprios de 18.800.582,87 euros, incluindo um resultado líquido de 107.260,63 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado das operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo **Município de Vimioso** em 31 de Dezembro 2019 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo

Avª da Republica nº 1651, s/ L. Dtº
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na CROC sob o nº 154

Rua do Campo Alegre, 1306, 2.º s/ 205
4150-174 Porto
Tel 22 - 606 17 80 - Fax 22 606 17 89

com os Princípios Contabilísticos adotados em Portugal através do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do grupo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

Avª da Republica nº 1651, s/ L Drº
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na CROC sob o nº 154

Rua do Campo Alegre, 1306, 2.º s/ 205
4150-174 Porto
Tel 22 - 606 17 80 - Fax 22 606 17 89

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de Gestão Consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação financeira nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de Junho de 2019

Maria Fátima Pereira, ROC n.º 835
Em representação de
Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC
Inscrita na OROC sob o n.º 154

Avª da Republica nº 1651, s/ L Drº
4430 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores
inscrita na CROC sob o nº 154

Rua do Campo Alegre, 1306, 2.º s/ 205
4150-174 Porto
Tel 22 - 606 17 80 - Fax 22 606 17 89